

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SUSANE BEATRIS DOS SANTOS SOUZA

**MULHERES NEGRAS HAITIANAS E AS EXPERIÊNCIAS
MIGRATÓRIAS EM PORTO ALEGRE/RS: MOVENDO ESTRUTURAS
E ABRINDO CAMINHOS**

SÃO LEOPOLDO

2020

Susane Beatris dos Santos Souza

Mulheres Negras Haitianas e as Experiências Migratórias em Porto Alegre/RS: movendo estruturas e abrindo caminhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília Lopez.

São Leopoldo

2020

S729m Souza, Susane Beatris dos Santos.
Mulheres negras haitianas e as experiências migratórias em Porto Alegre/RS : movendo estruturas e abrindo caminhos / Susane Beatris dos Santos Souza. – 2020.
91 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.
“Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília Lopez.”

1. Imigração haitiana. 2. Mulheres negras.
3. Interseccionalidade de raça e gênero. I. Título.

CDU 314.7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

SUSANE BEATRIS DOS SANTOS SOUZA

**MULHERES NEGRAS HAITIANAS E AS EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS EM
PORTO ALEGRE/RS: MOVENDO ESTRUTURAS E ABRINDO CAMINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília Lopez.

Aprovado em 24/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Laura Cecília López (Orientadora) – UNISINOS

Prof.^a. Dr.^a. Miriam Steffen Vieira – UNISINOS

Prof.^a. Dr.^a. Vera Regina Rodrigues da Silva – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, exemplo de luta e resistência. Cresci no bairro Vila Jardim, na Avenida dos Prazeres nº680, nesse endereço minha família mora a mais de 100 anos, meus avós Octacilia Maria dos Santos e Waldemar Felipe dos Santos, ambos já falecidos, foram minhas grandes referências. No beco dos Santos, eu nasci, cresci e tive momentos bons e outros nem tanto. Lá eu aprendi o que de mais importante poderia existir, a valorizar as(os) nossas(os), cresci ouvindo que deveria engolir o choro e o quanto ser forte era uma questão de sobrevivência. Quando criança passamos por situações difíceis, o dinheiro era pouco, no entanto, nossa família sempre foi unida, e os arranjos familiares eram feitos para que o alimento não faltasse. Minha avó sempre nos ensinou o quanto a união em família era importante e acredito que foi essa união que fortaleceu minha caminhada para chegar até aqui, porque quando criança eu não entendia que todas as dificuldades vivenciadas por minha família tinham um único motivo, e esse é conhecido por todas as mulheres e homens negros: se chama Racismo!!

Muitas coisas aconteceram, minha vida tomou novos rumos, me reconheci como mulher preta, entendi o que o Racismo é capaz de fazer, ele mata, adocece e na maioria das vezes nos impede de avançar, fere nossos sentimentos e prejudica o nosso bem viver.

Durante essa caminhada acadêmica, entendi que viver é um desafio diário, e o quanto somos importantes, mas nosso fortalecimento acontece no coletivo. Como diz Angela Davis: Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Nessa caminhada eu me aproximei de muitas pensadoras negras, intelectuais conhecidas nacionalmente e outras mundialmente, mas as intelectuais anônimas foram as que me impulsionaram para que hoje eu pudesse estar aqui.

Agradecimento especial para minha mãe Jane Beatriz, mulher negra, de fibra e que sempre esteve comigo lado a lado, me auxiliando nos cuidados comigo, com a casa, minha mãe é uma intelectual negra anônima, não concluiu os estudos, mas tem a sabedoria e experiência de vida - e essa, diploma nenhum compra e também não reconhece, mas deveria reconhecer e valorizar. Deixo aqui um abraço afetuoso para o meu menino Lorenzo Marley, querido, amoroso e mesmo sendo criança, compreendeu a necessidade da minha ausência física durante os estudos.

À minha filha Suellen Rodrigues, muito obrigada por todo apoio, dedicação, paciência e cuidado comigo e com o nosso menino, sem tua ajuda e apoio a caminhada seria mais difícil. Muito obrigada minha filha amada!

Ao meu genro Cledinei Junior, agradeço por auxiliar sempre que necessário, esse apoio foi muito importante para a realização dessa importante etapa na minha vida.

Agradeço à minha Paixão, por todo o apoio, cuidado, paciência, dedicação e carinho. Foram 2 anos de muitos desafios, exigiu resiliência, noites em claro, momentos em que eu pensava em desistir, mas você muito acolhedor sempre encontrava as palavras certas para amenizar esse nervosismo e ansiedade.

Ao meu pai, agradeço todo carinho, apoio e cuidado.

Então, deixo um grande abraço e meus sinceros agradecimentos para a Mestre e doutoranda Milena Cassal, mulher preta, amiga, carinhosa, acolhedora, dona de uma sensibilidade que até hoje eu não vi igual. Me incentivou, me fez enxergar o quanto somos capazes e que não somos obrigadas a saber tudo, mas devemos saber o valor e a importância que temos. Por esse afeto todo, eu deixo meu muito obrigada!

Agradeço à jornalista preta mais linda, charmosa, inteligente, dona de um axé de fala encantador. Filha de Oxum, mulher preta muito potente: estou falando da mestrande Lucilene Athaide. A chegada de ambas no PPGCS me fortaleceu, nos uniu e acredito que mesmo após a nossa saída o PPGCS não será mais o mesmo. Por toda a parceria e carinho, muito obrigada!

Agradeço à Claudinha, minha amiga, agente comunitária de saúde e que me auxiliou no contato e proximidade com as mulheres negras Haitianas que participaram desse estudo. Muito obrigada pelo apoio, parceria, por me acompanhar nos encontros e entrevistas.

Deixo um agradecimento especial às mulheres negras Haitianas que aceitaram participar desse estudo, compartilhando comigo suas histórias de vida, e por me mostrar que os desafios estão postos, mas desistir de viver e ser feliz não faz parte da nossa história de vida.

Agradeço meus irmãos Cesar Augusto dos Santos Souza e Alexandre dos Santos Souza, por todo carinho e apoio e as minhas cunhadas Juliana Santos e Raquel Miranda e sobrinhas/os.

À Laura, minha orientadora, pessoa querida, especial, acolhedora, mulher, mãe, amiga, carismática. Sorte a minha de ter encontrado você na trajetória acadêmica e de vida, tem o dom de compartilhar saberes e de reconhecer as limitações, soube respeitar o meu tempo e minha história, a história de muitas mulheres negras. Gratidão!

Agradeço às minhas colegas de trabalho do CRAS Norte e Farrapos pelo apoio, compreensão e por respeitar meu momento, por vezes precisei me ausentar do trabalho, sair mais cedo, e sempre que necessário contei com o carinho da equipe.

À Tanara minha amiga, agradeço por todo apoio, incentivo e parceria.

À Tainah Mota Nascimento, agradeço pelas conversas, apoio, carinho e cuidado.

Às e aos colegas de mestrado, agradeço pelos debates e trocas compartilhadas, e os momentos em sala aula, esses são espaços importantes e fortalecedores.

Às professoras da banca examinadora, Dra. Miriam Steffen Vieira e Dra. Vera Rodrigues, agradeço por aceitarem ler e contribuir com esse trabalho que com certeza me impulsiona a seguir a caminhada acadêmica. Muito Obrigada!

À toda minha família, composta por parentes e amigas(os), agradeço pela presença, pelo afeto e pelo apoio mesmo que distante.

À minha prima Maria Cristina dos Santos (*in memoriam*), que falta você nos faz. Muito Obrigada!

À CAPES ao PPGCS, agradeço pelos recursos disponibilizados para a realização deste estudo.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a investigar as experiências migratórias de mulheres negras haitianas no Rio Grande do Sul, buscando entender como essas experiências são marcadas pelas dinâmicas interseccionadas de raça e gênero. Questiona-se também qual é o acesso dessas mulheres às políticas públicas e ao mercado de trabalho, que possam garantir seus direitos básicos. Abordarei as trajetórias migratórias de duas haitianas, atravessadas por dinâmicas de gênero, raça e classe, na perspectiva de entender como essas mulheres vivenciam as relações de gênero e as relações familiares na experiência migratória e como constituem redes de apoio no território brasileiro. Também discuto problemáticas de acesso às políticas públicas enfrentadas por haitianas e haitianos, que se agudizaram no cenário de pandemia de COVID-19 durante o ano de 2020. O referencial teórico deste trabalho envolve discussões sobre migrações haitianas na região, principalmente através de teses e dissertações produzidas nos últimos 5 anos, assim como abordagens da interseccionalidade de raça e gênero para pensar as experiências das minhas interlocutoras em campo. Notou-se que a dimensão racial, de gênero e de classe se apresentaram como significantes para compreender as experiências migratórias, o recomeço num novo país e junto com ele a força para enfrentar as dificuldades desde o não entendimento do idioma local, vivenciar outra cultura, enfrentar as diversas formas de racismo e preconceito por ser negra, imigrante e mulher. Diante do contexto exposto no decorrer da pesquisa, percebemos que alguns haitianos escolhem a migração internacional, como uma estratégia econômica, já que no Haiti existem profundas desigualdades e barreiras no acesso à direitos sociais. No Brasil, uma importante barreira enfrentada é o racismo, e ainda, no contexto do estado do Rio Grande do Sul, o imaginário racial que hierarquiza a branquitude como símbolo de “desenvolvimento”. A partir dos encontros e entrevistas realizadas, percebemos o quanto as mulheres negras haitianas reconstróem sua vida em um país desconhecido na busca por uma oportunidade de emprego, e a necessidade de manter os compromissos firmados com os familiares que lá ficaram.

Palavras-chave: Imigração haitiana; Mulheres Negras; Interseccionalidade de raça e gênero.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the migratory experiences of Haitian black women in Rio Grande do Sul, seeking to understand how these experiences are marked by intersecting dynamics of race and gender. It also questions the access of these women to public policies and the job market that can guarantee their basic rights. I will address the migratory trajectories of two Haitian women, crossed by gender, race, and class dynamics, from the perspective of understanding how these women experience gender and family relations in the migratory experience and how they constitute support networks in Brazilian territory. I also discuss issues of access to public policies faced by Haitian women and men, which became more serious in the COVID-19 pandemic scenario during the year of 2020. The theoretical framework of this work involves discussions about Haitian migrations in the region, mainly through theses and dissertations produced in the last 5 years, as well as approaches to the intersectionality of race and gender to think about the experiences of my interlocutors in the field. It was noted that the racial, gender and class dimensions presented themselves as significant for understanding the migratory experiences, the resumption in a new country and together with it the strength to face the difficulties from not understanding the local language, experiencing another culture, facing the diverse forms of racism and prejudice for being black, immigrant and woman. In view of the context exposed during the survey, we noticed that some Haitians choose international migration as an economic strategy, since in Haiti there are profound inequalities and barriers in access to social rights. In Brazil, an important barrier faced is racism, and also, in the context of the state of Rio Grande do Sul, the racial imaginary that hierarchizes whiteness as a symbol of "development". From the meetings and interviews held, we realized how much Haitian black women rebuild their lives in an unknown country in the search for a job opportunity, and the need to maintain the commitments made with family members who stayed there.

Keywords: Haitian Immigration; Black Women; Intersectionality of race and gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Percentual da população negra em relação ao total da população residente.	36
Gráfico 2: Analfabetismo na população negra.	37
Gráfico 3: Gravidez na adolescência - mães negras.	37
Gráfico 4: Homicídio juvenil masculino negro.	38
Imagem 1: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN.	47
Imagem 2: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN (II).	48
Imagem 3: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN (III).	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
2.1 Estudos sobre migração haitiana no RS	20
2.2 Interseccionalidade de raça e gênero	28
2.3 As mulheres negras e as políticas públicas no Brasil	31
2.4 Percurso metodológico	35
3. EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS DE DUAS MULHERES NEGRAS HAITIANAS	50
3.1 Experiências migratórias e dinâmicas de gênero e raça	52
3.1.1 Os atendimentos em saúde e as experiências de parto	60
3.1.2 Experiências Sobre Racismo	65
4. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO HAITIANA NO RIO GRANDE DO SUL	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a investigar as experiências migratórias de mulheres negras haitianas no Rio Grande do Sul, buscando entender como essas experiências são marcadas pelas dinâmicas interseccionadas de raça e gênero. Questiona-se também qual é o acesso dessas mulheres às políticas públicas e ao mercado de trabalho, que possam garantir seus direitos básicos.

Para entender profundamente o fenômeno da mobilidade haitiana, é necessário um olhar abrangente da história desse país caribenho que se constituiu, em 1803, na primeira república independente na região da América Latina, produto da revolução protagonizada pelo líder negro Toussaint Louverture. Ele comandou um enorme exército de africanos escravizados, que conseguiram abolir de vez a escravidão no país. Após a independência, o caso do Haiti passa a ser visto como um “perigo” para as elites da América Latina, uma vez que os territórios da região perpetuavam as relações coloniais com as metrópoles e suas economias baseadas em regimes escravistas vigentes durante o século XIX, sendo o Brasil o último país da América Latina a abolir a escravidão.

A revolução haitiana começou em 1791, ocasião em que a França recusou sua independência. Após 1803, para reconhecer formalmente a independência, a França exigiu indenização dos ex-proprietários de escravos, cujo pagamento gerou uma profunda dívida social e econômica no país. Durante o século XX, uma longa sucessão de governos ditatoriais, estruturas políticas e econômicas transnacionais que persistem até hoje, provocaram profundas precariedades do Estado haitiano nas suas capacidades de garantir direitos básicos para toda a população (FARMER, 2004).

Ao longo da história do Haiti, a desigualdade no acesso a direitos (como, por exemplo, acesso à educação) ampliaram a distância entre as classes sociais. A maior cidade do país é sua capital, Porto Príncipe, localizada ao sudoeste, contando com uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Foi fundada em 1749 pelos franceses. Existem profundas desigualdades entre a população pobre que mora nas periferias, e outra parte, alfabetizada, com uma situação financeira estável, e que fala fluentemente, além do idioma local, o francês.

A estruturação da sociedade haitiana é perpassada pela história colonial, sendo que as divisões de classe, as dinâmicas de gênero e raciais têm no seu cerne a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Segundo Rosa (2006), a herança colonial é a responsável por atualizar a hierarquia e a desigualdade haitiana. Isto relembra o intelectual negro antilhano Frantz Fanon,

que em sua obra intitulada *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) aborda a experiência vivida dos negros e os efeitos do colonialismo na vida da população negra. Fanon é um pensador que atuou nas lutas anticoloniais, ou seja, sua elaboração é carregada de uma perspectiva de descolonização do ser e do saber, dos corpos e das mentes, em pleno contexto das lutas anticoloniais nos países africanos e caribenhos.

Dentro desse mapa colonial, os haitianos e as haitianas elaboraram estratégias de (re) existência, como é o caso das migrações e as redes transnacionais que foram criando, enlaçando famílias e territórios para além da Ilha. Essa mobilidade começa a ganhar corpo no momento em que as forças armadas estadunidenses ocupam o Haiti entre 1915 e 1934. Os destinos preferidos dos migrantes haitianos desde 1957, ano em que este processo se intensifica (BASCH; SCHILLER; BLANC, 1994), têm sido os Estados Unidos, a França e o Canadá. Países que, a partir de setembro de 2010, passam a ser mais rigorosos no controle migratório. Essas limitações migratórias, após o terremoto de 2010, levam à inclusão do Brasil entre os destinos preferidos pelos haitianos (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017).

Conforme Costa (2012), os haitianos começam a migrar em maior número para o Brasil em fevereiro de 2010, após o terremoto ocorrido na República do Haiti, com duzentos mil mortos, trezentos mil feridos e mais de um milhão e quinhentos mil desabrigados, dentre os quais oitocentos mil eram crianças. Tal mobilidade acontece, entre outros fatores, porque nesse período houve um crescimento significativo da economia brasileira e a promessa de inserção no mercado de trabalho com bons salários. Além do mais, a relação Haiti-Brasil foi institucionalizada em 2004 com o envio de tropas brasileiras para comandar a Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), onde permaneceram até 2017, ano em que a Missão foi encerrada.

Pensando a respeito dos fatores externos que teriam provocado a vinda de haitianos para o Brasil, Fernandes e Castro (2014) assinalam que, em 2010, haitianos poderiam ter preferido migrar para outros países da América do Sul (Argentina, Chile, Equador e Peru), que não lhes teriam exigido visto de entrada em caso de turismo, mas que não o fizeram. Nesse sentido, esses autores ressaltam que a chamada “entrada facilitada” não bastaria para explicar a vinda desses haitianos para o Brasil. É preciso assinalar que Handerson (2015) apontou ser o Brasil um lugar de trânsito para alguns desses migrantes iniciais, visto que o destino almejado era a Guiana Francesa. Portanto, buscando identificar os principais motivos que atraíram haitianos para o Brasil, aponta-se o crescimento econômico do país, no momento em que os Estados Unidos e demais países deste continente, assim como boa parte dos países do mundo, estavam em plena crise econômica, como um motivo fundamentalmente relevante.

A população haitiana que migra para o Brasil, mesmo fora do país de origem, mantém os laços, vínculos familiares e um compromisso muito forte com os familiares que lá ficaram, de enviar dinheiro e contribuir com as despesas locais, mesmo estando distante, já que esse dinheiro enviado ajuda a movimentar a economia do país. Além disso, o fluxo de dinheiro e bens também recria e fortalece vínculos na diáspora (HANDERSON, 2015).

Quando os migrantes haitianos se estabelecem no país escolhido, no caso o Brasil, passam a viver e conviver com o racismo e todas as formas de discriminação, aumentando as dificuldades para conseguir emprego e exercer suas habilidades profissionais, além de ter que lidar com modos de vida sustentados por valores culturais e sociais diferentes.

No Brasil, a população negra carrega na pele a marca da escravidão, sendo o racismo uma invenção colonial. Nesse sentido, Didier Fassin afirma, em entrevista, que “a racialização é um instrumento analítico não para certificar a ideia de raça, mas para dar conta das disputas em torno da questão racial que se desenrolam hoje” (JAIME; LIMA, 2011, p. 274). Devido aos efeitos dessas disputas dentro e fora do Haiti, o processo de imigração para o Brasil vem aumentando anualmente e as mulheres estão migrando significativamente, na busca por oportunidades e melhores condições de vida.

Na contemporaneidade, as mulheres tornaram-se protagonistas das ações migratórias, protagonismo este decorrente de fluxos econômicos, de mudanças no mercado de trabalho internacional e das transformações nas relações de gênero (MARINUCCI, 2007). A feminização das migrações está associada às dificuldades que afetam as mulheres contemporâneas, como a inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação, à saúde e às redes de informação, a falta de autonomia e a vulnerabilidade à violência e à pobreza (RAMOS, 2014).

Para entender a experiência migratória das mulheres negras haitianas no Rio Grande do Sul e o acesso às políticas públicas, adoto uma perspectiva interseccional, seguindo a proposta de feministas negras das Américas (AKOTIRENE, 2018; CARNEIRO, 2011; CRENSHAW, 2002; GONZALEZ, 1988; RIBEIRO, 2017; VIVEROS-VIGOYA, 2018), buscando entender como as dinâmicas raciais, de gênero e de origem nacional se interseccionam e se potencializam tanto como eixos de opressão quanto de resistência. A pesquisa está situada na cidade de Porto Alegre, mas captando movimentos que se estendem a outras cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa envolve a temática da imigração haitiana na cidade de Porto Alegre/RS, um tema que está sendo frequentemente pautado e servindo como objeto de estudo para vários estudantes. Podemos dizer que é um tema muito polêmico, não somente por estarmos falando

em pessoas que se deslocam de outros países para residir no Brasil e que são apontadas por discursos xenófobos como as culpadas pela falta de emprego ou moradia dos nacionais, mas por estarmos falando especificamente de pessoas negras no contexto do estado do Rio Grande do Sul (RS), cujo imaginário racial hierarquiza a branquitude como símbolo de “desenvolvimento”. Estima-se que no RS atualmente os imigrantes haitianos, homens, mulheres e crianças, aproximam-se de 30 a 35 mil, sendo em Porto Alegre atualmente entre 7 e 9 mil. Esses dados foram levantados via serviço da Pastoral Social das Dioceses e da Pastoral Migratória da CNBB-RS.

Sabemos que o Rio Grande do Sul é um estado majoritariamente branco, onde a população total é de aproximadamente 11,29 milhões de pessoas. Em Porto Alegre, conforme último censo de 2010, a população é de 1.409.351 pessoas, e segundo dados de autodeclaração do atual Plano Municipal de Porto Alegre, 79,2% da população é composta por pessoas brancas, 20,2% de pessoas negras e 0,23% por pessoas indígenas. De acordo com a FEE (Fundação de Economia e Estatística), 8,5% da população negra estava desempregada em 2014, enquanto apenas 5,5% da população branca se encontrava na mesma situação¹.

Conforme dados mencionados acima, podemos identificar que a população negra encontra-se em menor número no estado do Rio Grande do Sul, que é composto por 497 municípios. Ao mesmo tempo, existe um processo de invisibilização das populações negras e indígenas, produto da ideologia do branqueamento, que elevou as populações brancas, principalmente as de origem alemã e italiana, a serem as referências culturais da região. Acredito que por esse motivo fora do estado algumas pessoas pensem que no RS não existem negros, sendo o estado composto por cidades que reivindicam uma superioridade étnico-racial europeia, não aceitando ou reconhecendo os negros e negras como parte da população gaúcha, fazendo com que a cultura negra não seja valorizada. No caso de migrações eminentemente negras, esses grupos sofrem o racismo no RS, potencializado por sua condição de imigrantes.

Pode-se destacar que a população negra gaúcha tem reivindicações históricas em relação aos seus direitos. Importa falar que a origem da comemoração do dia 20 de novembro como data da Consciência Negra se deu no Grupo Palmares (RS), com o destaque para o intelectual e poeta Oliveira Silveira. Esta data, em homenagem a Zumbi dos Palmares, desconstrói o celebrado dia 13 de maio, referente à abolição da escravidão. Historicamente, os movimentos negros gaúchos disputam a garantia de políticas públicas locais que atendam necessidades e

¹ Dados disponíveis em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=689>. Acesso em 10/11/2019.

especificidades, tensionando o governo local no tocante a saúde pública, educação e assistência social. Citarei um exemplo interessante de como as mobilizações negras e as políticas públicas se entrelaçaram no sentido de acolher os haitianos e as haitianas em Porto Alegre.

Desde 2009, ano de oficialização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, foi criada a Política Municipal, coordenada desde então por Elaine Oliveira Soares, enfermeira e mestra em Saúde Coletiva, funcionária pública da prefeitura de Porto Alegre e militante do movimento de mulheres negras. Uma série de ações foram realizadas, como o curso de Promotor@s de Saúde da População Negra, que foi ofertado como curso de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e oferecido para cada gerência distrital na cidade de Porto Alegre. Foram oito edições, sendo que a primeira turma teve início em 2012. Foram formados 560 Promotor@s entre trabalhadores de nível superior e técnico, o que fortalece ainda mais a luta da população negra em Porto Alegre².

No âmbito dessa política, e pensando em realizar ações de acolhimento para a população negra imigrante, foi elaborado o projeto *M'akeyiw Lakay Mwen* (Te Acolho em Minha Casa), sendo um curso do idioma crioulo haitiano (incluindo aspectos históricos e culturais) direcionado aos profissionais de saúde da rede pública, com o objetivo de diminuir as barreiras linguísticas entre trabalhadores e imigrantes. Foi elaborada também uma cartilha bilíngue com termos e frases que envolvem a rotina de acolhida nos serviços de saúde. São ações que mobilizam na tentativa de minimizar os efeitos do racismo na vida da população negra.

A população migrante de um modo geral encontra dificuldades ao chegar em outro país, por na maioria das vezes não ter conhecimento do idioma local, da cultura, e por não ter condições financeiras necessárias para suprir os gastos. Na busca por uma vaga no mercado de trabalho, encontra dificuldades de conseguir ingressar por todo o contexto mencionado acima. Embora alguns tenham formação a nível superior ou médio na área da educação, existe um fator importante que impede esse acesso: a cor da pele. Hoje a maioria dos imigrantes que chegam ao Brasil estão desempregados, e no Rio Grande do Sul o número é bem elevado. Na cidade de Porto Alegre a maioria dos/as imigrantes desenvolvem trabalho como autônomos e, as mulheres, como empregadas domésticas. Houve relatos de pessoas que ao chegar no estado foram contratadas para trabalhar em uma função e acabaram desenvolvendo outra.

Uma reportagem realizada pelo G1 no dia 23/07/2018 sobre o índice de desemprego dos imigrantes em Porto Alegre constatou que mesmo com formação universitária, imigrantes

² Informações brindadas pela coordenadora da política em 8/10/2020.

enfrentam dificuldades para encontrar emprego em Porto Alegre. Conforme a reportagem, Porto Alegre é a terceira cidade do Brasil que mais recebe imigrantes, sendo que, de acordo com informações do Ministério do Trabalho citadas na matéria, Porto Alegre tem se destacado entre as capitais que mais empregam estrangeiros. São 1.706 com trabalho formal, número que a deixa atrás apenas de São Paulo, Boa Vista e Roraima. Muitos se queixam de preconceito, porque mesmo com formação universitária no Haiti, não conseguem empregos nas suas áreas no atual país onde estão residindo.

A matéria menciona o relato de um homem negro haitiano, que se relaciona ao que mencionei em um dos parágrafos acima, sobre ser negro, ter formação e não ser respeitado e valorizado. "Muitas vezes eu fui lá no Sine para encontrar emprego, e as pessoas dizem para nós que só tem limpeza. Nós temos educação. Eu, por exemplo, sou professor, mas eles não reconhecem o nível das pessoas no seu país de origem", disse Presnor Joseph, que trabalha como porteiro³.

Me formei em Serviço Social no ano de 2011/2, pelo Centro Universitário Metodista do IPA. A escolha do curso foi baseada na minha história de vida, das vivências familiares, fui movida por um sentimento, algo que eu não conseguia explicar. Eu tinha a certeza de que sou uma mulher negra, não somente pela pele escura, retinta, mas, principalmente pelas precárias condições financeiras e dificuldades impostas pela sociedade no acesso a bens e serviços de um modo geral, e também pelas situações vivenciadas pela minha família no dia a dia, pelos apontamentos e piadas direcionadas a mim, como por exemplo: já fui chamada de neguinha do fubá, cabelo de bombril, marandová, piche de asfalto, testa de lampião e muitas outras expressões ofensivas e racistas que no momento eu não consigo lembrar.

Eu não compreendia, no entanto, que essas falas eram racistas, porque para mim, o racismo acontecia com as outras pessoas e não com a família Santos, com a minha família, não no Beco dos Santos, local onde a minha família tem toda uma história. Minha família reside no terreno localizado no bairro Vila Jardim, zona norte de Porto Alegre, há mais de 100 anos. Temos muitas histórias e vivências naquele pátio, por esse motivo chamamos Beco dos Santos, nosso sobrenome e com muitos significados, histórias de vidas, algumas perdas, muitas conquistas e assim seguimos resistindo nessa comunidade como muitas outras famílias negras.

³ Matéria disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/07/23/mesmo-com-formacao-universitaria-imigrantes-enfrentam-dificuldades-para-encontrar-emprego-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em 10/11/2019.

Então, após ter vivenciado algumas situações quando adolescente e já adulta, retomei os estudos aos 33 anos, me tornei Assistente Social, escolha que aconteceu também em meio a um casamento turbulento, em alguns momentos abusivo e opressor. Por que estou relatando essa situação? Para chegar até a minha escolha como trabalhadora de uma política pública da assistência social, a qual tem como objetivo a garantia de direitos da população, considerando as profundas desigualdades e buscando caminhos de equidade.

Então, essa realidade vivenciada por mim, não é diferente quando falamos do acesso à Política Pública da Assistência Social. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Atento a essa demanda, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) criou uma cartilha intitulada *O papel da assistência social no atendimento aos migrantes*.

O objetivo desse documento é situar o papel da Assistência Social no contexto do aumento recente das migrações a partir dos normativos do SUAS, do acúmulo de debates no período de 2015 a 2016, a partir da Câmara Técnica dos Migrantes, instituída no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite e das ações desenvolvidas para Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) sobre o tema. O documento reconhece os migrantes como “sujeitos de direito” e aborda os desafios para a oferta de serviços, programas e projetos na rede socioassistencial⁴.

Ao aproximarmos da execução das políticas públicas citadas, no que diz respeito ao atendimento e acesso pelos migrantes haitianos, podemos observar que foi muito bem elaborada, mas na execução, no dia a dia, esse acesso ocorre de maneira precária, com muita dificuldade, seja pelo entendimento no momento da comunicação, o que acontece desde a porta de entrada, até o momento da entrevista com a técnica, situações mencionadas diariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁵.

4 Informações disponíveis em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf>. Acesso em 10/11/2019.

5 O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada que atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Informação disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115. Acesso em 08/10/2020.

Tais situações são relatadas cotidianamente pelos migrantes haitianos. Elas estão relacionadas ao meu desempenho profissional como assistente social em um CRAS. Este envolvimento com situações cotidianas dos serviços públicos me inspirou para a realização da presente pesquisa, no intuito de poder contribuir com uma maior compreensão da situação desses e dessas imigrantes haitianas, para poder sensibilizar quem trabalha na ponta. Ressalto também minha condição de mulher negra, que me aproxima de outra maneira a essas mulheres haitianas, seja como profissional de assistência social, seja como pesquisadora estabelecendo diálogo com elas, por compartilharmos vivências de racismo.

Essas problemáticas lembram uma parte do livro da Chimamanda Ngozi Adiche, *No Seu Pescoço*, o trecho: “(...) o futuro dela dependia daquele rosto. O rosto de uma pessoa que não a compreendia” (ADICHIE, 2017, p. 53).

Conforme a citação acima, a população negra migrante tem questões muito particulares e o acesso aos benefícios e programas sociais dependem do acolhimento, sensibilidade e disponibilidade de outras pessoas. Estar em um país desconhecido na busca por melhores condições de vida, requer o conhecimento sobre a história, a compreensão e o entendimento de que o posicionamento técnico na maioria das vezes define o bem viver daquelas pessoas, e diante disso, o olhar acolhedor e a escuta qualificada torna a vivência da população negra migrante menos sofrida em qualquer situação, em todos os lugares.

Entende-se que tal condição é fruto das relações de dominação colonial, fortalecendo o racismo, sendo uma forma de opressão ligada à exploração econômica, dificultando a inserção e o acesso dos negros à sociedade. Fanon (2008) nos mostra que quando pensamos em classe devemos pensar na possibilidade de mudança através da “aquisição”. Sendo que classe passa por uma construção social e coletiva, pensando na realidade brasileira, é necessário considerar que todos os projetos de inclusão devem pautar o racismo, porque este determina o acesso, visto que a cor da pele exclui, mata, adocece, e não se sustenta pensar o racismo apenas numa perspectiva identitária.

Conforme consta o termo do art. 5º da Declaração de Viena, os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase. Embora se deva ter sempre presente o significado das particularidades nacionais e regionais e os diferentes antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais (ONU, 1993). O termo é muito

evidente, ficando na competência de cada Estado, conforme suas leis, fazer valer o que consta na declaração.

Reforça-se a afirmação de que para sobreviver em um mundo tomado pelo colonialismo e pelo racismo é necessário adaptar-se diariamente, criando e recriando estratégias de sobrevivência.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos para além da Introdução (01). O Capítulo 02 aborda reflexões teóricas e metodológicas no percurso de delineamento e realização da pesquisa. O Capítulo 03 aborda as trajetórias migratórias de duas haitianas, atravessadas por dinâmicas de gênero, raça e classe. Neste capítulo, abordarei os objetivos específicos: a) Indagar como essas mulheres vivenciam as relações de gênero e familiares na experiência migratória e como constituem redes de apoio no território brasileiro; b) Entender como operam as desigualdades raciais e de gênero no acesso às políticas públicas e ao mercado de trabalho.

No Capítulo 04 analisarei questões que tem a ver com a acolhida e a garantia de direitos dos haitianos no Rio Grande do Sul. Analisarei dados do trabalho de campo feito nos eventos, sendo central a constituição do Observatório e o processo de reuniões que estou acompanhando, para observar como operam as desigualdades raciais e de gênero no acesso das e dos haitianos às políticas públicas.

2. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste capítulo abordarei o caminho teórico e metodológico percorrido. Abordo algumas pesquisas em relação à temática, assim como autoras que me serviram de referências teóricas para delinear meus questionamentos. Relato também como foi estruturado o campo de pesquisa e alguns depoimentos sobre as vivências e experiências da população migrante, em especial das mulheres negras imigrantes que moram nos bairros Sarandi e Rubem Berta, localizados na zona norte de Porto Alegre.

Também mostrarei minha participação como pesquisadora e trabalhadora da política pública da assistência social como referência no serviço, e o trânsito que realizei em alguns eventos e seminários, até chegar na minha participação na criação do Observatório AfroMigra.

2.1 Estudos sobre migração haitiana no RS

Para observarmos o que tem sido produzido nas universidades gaúchas acerca da imigração haitiana com foco nas mulheres negras, inicialmente vou ampliar minha investigação bibliográfica para os últimos cinco anos, pesquisando teses e dissertações publicadas que abordem a temática no estado do Rio Grande do Sul, com recorte de gênero, mulheres negras imigrantes e mulheres negras imigrantes haitianas. Busquei Teses e Dissertações abordando o tema através de pesquisa no catálogo CAPES e nos sites das universidades UNISINOS, UFRGS e PUCRS. Encontrei aproximadamente 300, dessas, selecionei 8 pesquisas conforme o quadro abaixo.

O que podemos concluir com os resultados sistematizados no Quadro 1 é que no período em que selecionamos as buscas, de 2015 até 2019, foram encontradas as pesquisas supracitadas acerca do nosso tema. Importante ressaltar que tal investigação sobre o estado da arte não esgota as possibilidades de haver mais teses e dissertações que abordam a mesma temática. Especificamente sobre gênero, raça e migração haitiana encontrei **sete dissertações e uma tese** realizadas nas três universidades pesquisadas, que mencionam a perspectiva de inserção e acolhimento na sociedade brasileira, com foco no acesso às políticas públicas.

Quadro 1: Resultados de busca dos termos “estudo migrações” no website de busca Google Acadêmico.

Título	Tipo de documento	Área do Programa de Pós-Graduação	Ano	Objeto de Pesquisa
--------	-------------------	-----------------------------------	-----	--------------------

Construções Discursivas em torno do Imigrante Haitiano e Senegalês na Imprensa do Rio Grande do Sul: Um estudo do Jornal ZH, (REIS, 2017)	Dissertação	PPG Ciências Sociais Unisinos	2015	Analisa como o Jornal Zero Hora constrói discursivamente os imigrantes haitianos e senegaleses que se encontram no Rio Grande do Sul, entre o período de 2014 e 2015.
Os deslocamentos forçados dos haitianos e suas implicações: um desafio global na sociedade de risco. (PINTO, 2015)	Dissertação	PPG Ciências Sociais Unisinos	2015	Investiga quais são os fatores causadores dos deslocamentos forçados no Haiti, considerando a construção de uma nova categoria: os deslocados ambientais ou refugiados ambientais.
ESTRANGEIRO EM UMA TERRA ESTRANHA: RACIALIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM LAJEADO, RIO GRANDE DO SUL (DIEHL, 2017)	Dissertação	PPG Sociologia UFRGS	2017	Analisa o processo de formação do estereótipo dos imigrantes haitianos no município de Lajeado, buscando descrever o papel dos e das imigrantes como um sujeito estrangeiro nas relações sociais.
Quando migrar é resistir: as experiências de Haitianas e Haitianos na cidade de Porto Alegre (PAULA, 2017)	Dissertação	PPG Antropologia Social UFRGS	2017	Aborda as experiências de haitianas e haitianos residentes na cidade de Porto Alegre. Com o propósito inicial de dar visibilidade para os novos fluxos migratórios que chegam ao Brasil, foi realizada uma etnografia na Vila Esperança Cordeiro e seu entorno.

Imigrantes Haitianos e Senegaleses no Brasil: Trajetórias e Estratégias de Trabalho na Cidade de Porto Alegre– RS (GUILHERME, 2017)	Dissertação	PPG Sociologia UFRGS	2017	Versa sobre as estratégias e trajetórias de trabalho apresentadas por imigrantes senegaleses e haitianos na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, entre os anos de 2010 e 2016.
IMIGRAÇÃO DE MULHERES HAITIANAS NO RIO GRANDE DO SUL: TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO (ROMANO, 2017)	Dissertação	PPG Psicologia PUCRS	2017	Aborda a recente imigração haitiana no Estado do Rio Grande do Sul, explorando o significado do fenômeno migratório para mulheres haitianas.
NOVOS CAMINHOS DE UMA VELHA DIÁSPORA: SEGUINDO OS RASTROS DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DAS MULHERES HAITIANAS EM PORTO ALEGRE (RICCI, 2018)	Dissertação	PPG Políticas Públicas UFRGS	2018	Ao identificar quais são as associações que têm transformado as realidades migratórias, essa pesquisa etnográfica interrelaciona o campo das Políticas Públicas à perspectiva da Antropologia e da Sociologia das Associações.
O ATENDIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA PARA MULHERES HAITIANAS: trajetórias migratórias e experiências reprodutivas em Cascavel/PR (VIECZOREK, 2020)	Tese	PPG Ciências Sociais UNISINOS	2020	Analisa como se configuram as práticas de cuidado voltadas à saúde das mulheres haitianas no Brasil, em especial aquelas orientadas à gestação, parto e puerpério, na perspectiva das usuárias e dos trabalhadores de saúde, e em que medida são abarcadas as experiências de maternidade na diáspora.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Farei uma breve reflexão sobre três das pesquisas encontradas referente ao tema, focando na situação das mulheres negras haitianas na cidade de Porto Alegre/RS.

A dissertação produzida por Larissa Cykman de Paula teve sua pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre, zona norte, bairro Rubem Berta, um território ocupado majoritariamente por pessoas negras, e com um número expressivo de imigrantes residindo na região. A autora abordou temas relativos à educação, realizou oficinas no Centro Comunitário Vida e acompanhou o cotidiano da população imigrante, inclusive a prática religiosa e como as mulheres negras haitianas estão se organizando aqui no Brasil e a relação mantida com os familiares que ficaram no Haiti. Durante a pesquisa a autora relata os problemas e caos vivido diariamente pela população brasileira, e a condição das famílias imigrantes haitianas e como conseguiram se organizar diante de situações problemáticas, como a falta de emprego e moradia com os mínimos necessários para a sobrevivência. Algumas dessas mulheres tiveram a oportunidade de estudar e concluir uma formação no seu país de origem, e na busca por melhores condições de vida e oportunidades, buscam em outros países a oportunidade de trabalhar desenvolvendo a prática profissional tendo o devido reconhecimento profissional. Porém, encontram dificuldades no Brasil (PAULA, 2017).

A pesquisa teve abordagem etnográfica, nesse sentido, o tema abordado pela pesquisadora, bem como os assuntos apontados, mostram a necessidade de potencializarmos as experiências migratórias dessas mulheres no município de Porto Alegre, nos bairros Sarandi e Rubem Berta, bem como a busca por uma oportunidade no mercado de trabalho, dificultadas pelas situações de racismo e xenofobia. As empresas contratam haitianos e haitianas para desempenhar funções que muitos brasileiros não querem desempenhar e ignoram as competências adquiridas no seu país de origem. Frente a estas precariedades, a autora aborda as formas de resistência e solidariedade, principalmente vinculadas à Ocupação Progresso, próxima à Vila Esperança Cordeiro no bairro Sarandi, que foi abordada por ela através de sua pesquisa no ano 2015. Naquele momento, moravam na ocupação cerca de cem famílias, sendo que a metade era composta de haitianos e haitianas, criada justamente pelas dificuldades de conseguir/pagar moradia (PAULA, 2017).

Para atualizar a situação da Ocupação (devido ao fato de que a dissertação foi defendida em 2017 e a mesma foi desapropriada um ano depois), realizei uma entrevista com Reginete Bispo, Coordenadora e cofundadora da Akanni – Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias, na perspectiva de obter maiores informações sobre o andamento do processo e o que ocasionou a desapropriação da comunidade Progresso.

Reginete Bispo (2020) relata que foi procurada pela Associação de Haitianos e colaboradores que solicitaram ajuda para solucionar o drama de 70 famílias haitianas que haviam sido despejadas da Vila Progresso no dia 04 e setembro de 2018, por ordem judicial. As famílias foram despejadas de suas moradias de forma truculenta e com excessos cometidos pela polícia militar. Destaca ainda que as famílias despejadas eram beneficiadas no acordo de ajuda humanitária Brasil/Haiti, mesmo assim, foram expulsas de suas moradias de forma irregular sem a presença do Conselho Tutelar e da Assistência Social do município de Porto Alegre. O despejo ocorreu às 4h da manhã, e não foi permitido que muitos dos moradores retirassem seus pertences. Relata também que algumas casas foram incendiadas pelos policiais, com pessoas no seu interior, as quais foram socorridas pelos compatriotas (BISPO, 2020).

O Instituto Akanni e a Associação de Haitianos de Porto Alegre recorreram à prefeitura e constataram que as famílias não estavam sequer registradas nos serviços de assistência social do município, com exceção de uma que tinha uma criança que apresentava uma deficiência (não identificamos qual deficiência nem o nível de complexidade). Sendo assim, coube à Associação dos Haitianos realizar o cadastro dessas famílias e a partir daí verificou-se que havia mais de 250 pessoas, entre elas 94 crianças e pessoas com algum tipo de deficiência física e mental⁶.

Importante salientar que a maioria das pessoas que residiam na Ocupação Progresso no ano em que foi realizada a pesquisa de Paula (2017), hoje residem nos bairros Sarandi e Rubem Berta, após a desapropriação da comunidade que teve sua formação no ano de 2012, chegando a ser no final da sua caminhada, mais de 90% dos habitantes, imigrantes haitianos.

Com isso, entendemos o que o Geógrafo Milton Santos (2001) fala sobre o território e o que significa para a sociedade, independente do país onde moramos:

o território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p. 96).

Segundo Santos (2001), o território é o local onde tudo acontece, desde a convivência com familiares e vizinhos, a possibilidade ou não de uma vida digna e a omissão do estado na falta de recursos e possibilidades, principalmente nos grandes centros periféricos urbanos que a população negra compõe em maior número, sendo nesse mesmo território que o genocídio da juventude negra acontece, o tráfico predomina, a polícia genocida decide quem deve viver ou

⁶ Informações relatadas por Reginete Bispo (entrevista, 09/06/2020).

morrer. Esse território é ocupado na maioria por uma determinada população, e essa é a população negra.

Conforme menciona Paula (2017) ao pesquisar, então, sobre a inserção de migrantes haitianos(as) em Porto Alegre, as suas experiências não são iguais às experiências de outros(as) imigrantes em outros locais, bem como não considera que todos(as) imigrantes em Porto Alegre possuam a mesma experiência. Nesse sentido, reforço a fala da autora e, durante minha dissertação, apresentarei o relato de algumas mulheres e homens haitianos, e, em cada olhar e gestos, pude observar os efeitos da transnacionalidade no cotidiano de cada um deles/as, e como são vistos esses corpos negros na cidade de Porto Alegre. É importante ressaltar que corporificamos a experiência social desde a origem da vida, marcada por sentidos e valores sociais impostos pela sociedade, e que naturalizamos. Pensando no passado histórico, o corpo negro foi marcado pela escravização e desumanização, sendo uma forte vivência da desigualdade até os dias de hoje. A mulher negra diariamente era desafiada, seu corpo historicamente desejado e cobiçado sexualmente de maneira perversa, eram vistas como objetos, satisfazendo os desejos sexuais dos senhores. Essa relação da mulher negra com o homem branco influencia ideais, questões estéticas, e como os corpos negros são atravessados por olhares de desconfiança, discriminação e inferioridade. O racismo estrutural se torna um marcador da distribuição de renda, acesso à saúde, moradia e privilégios, colocando o branco no topo da pirâmide social.

Ainda sobre a pesquisa de Paula, um de seus objetivos refere-se a destacar elementos específicos das experiências das mulheres migrantes haitianas, através do diálogo com elas e da problematização destas especificidades vivenciadas por elas em suas experiências migratórias. A pesquisadora menciona Spivak, autora que faz uma reflexão sobre o local ocupado pelo subalterno e, tendo a voz como sua agência, como muitas vezes este subalterno não pode falar. Spivak aborda o contexto das mulheres viúvas Hindus, destacando que simplesmente não se encontram suas vozes em nenhum lugar. O silenciamento dessas vozes é total, inclusive afirmando que “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu” (SPIVAK, 2010, p. 126).

A pesquisadora aborda questões como silenciamento e agência, e problematiza situações importantes que acontecem com a população migrante haitiana na cidade de Porto Alegre: alto índice de desemprego, péssimas condições de moradia, dificuldade de integração e aceitação devido à condição de ser negro e imigrante.

Conforme menciona a pesquisadora, a reflexão acima é feita baseada nas experiências migratórias, que especialmente nesse contexto está sendo importante e significativa, e que embora as mulheres negras migrantes haitianas estejam “silenciadas”, não quer dizer que se encontram “estagnadas”. Existe uma organização entre elas, uma agência que fortalece e mantém fortemente a união do grupo, que resiste dia a dia na tentativa de adaptação ao novo, e principalmente resistindo contra esse racismo que oprime, mata e limita o acesso aos direitos de uma vida com o mínimo de dignidade.

A dissertação *Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero* foi redigida pela pesquisadora Alice Queiroz Telmo Romano, também em Porto Alegre. A autora explora o significado do fenômeno migratório para mulheres haitianas, em perspectiva interseccional, visando contribuir com políticas públicas e possibilidades de acolhimento e fomentação de direitos humanos para a população imigrante e refugiada (ROMANO, 2017).

A pesquisa me possibilitou refletir, questionar o que está sendo pensado e realizado sobre políticas públicas que acolham e atendam a população migrante, focando no meu trabalho, as políticas públicas direcionadas às necessidades e demandas vivenciadas por mulheres negras migrantes na cidade de Porto Alegre, que não são as mesmas questões pautadas e defendidas por feministas brancas. Estamos falando de políticas públicas para pessoas negras, que devem ser pensadas e idealizadas por pessoas que vivem ou vivenciaram o processo discriminatório e racial no Brasil e no mundo, e que tenham entendimento, consciência da realidade, de tudo o que envolve a temática racial.

Conforme afirmação de Kimberlé Crenshaw (2002, p. 16), a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas.

A pesquisa de doutorado realizada pela pesquisadora Anelise Ludmila Vieczorek (2020) intitulada *O atendimento da saúde pública para mulheres haitianas: trajetórias migratórias e experiências reprodutivas em Cascavel/PR*, teve por objetivo analisar como se configuram as práticas de cuidado voltadas à saúde das mulheres haitianas no Brasil, em especial, aquelas orientadas à gestação, parto e puerpério, na perspectiva das usuárias e dos trabalhadores de saúde, e em que medida são abarcadas as experiências de maternidade na diáspora.

Entre os tópicos abordados pela pesquisadora, a saúde é o tema que dialoga com minha pesquisa. Falo sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres negras imigrantes haitianas no município de Porto Alegre, sobre o quanto o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) é dificultado pelo racismo, e de uma forma mais agressiva por serem mulheres negras, imigrantes,

e apresentarem dificuldades em relação ao idioma local, além da dimensão cultural oriunda do país de origem, ainda principalmente por estarem longe de seus familiares, independentemente da situação, condição e o momento que está sendo vivido, na maioria das vezes seu atendimento fica por último, e não podemos dizer que são invisíveis... Não, as pessoas as enxergam mas não as veem, uma invisibilidade gerada que exclui, isola e, em alguns momentos, mata.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Cascavel, estado do Paraná, de modo a pensar as trilhas das mulheres haitianas na cidade, para poder entender esses percursos e experiências nos serviços de saúde locais. Conforme relata a autora, a pesquisa foi realizada por uma abordagem qualitativa, a partir das narrativas dos sujeitos que as vivenciam. A pesquisa buscou refletir sobre como o SUS está respondendo às demandas incorporadas por este grupo de usuários/as, particularmente em relação à assistência prestada às mulheres haitianas no período gestacional, parto e puerpério. No tocante ao atendimento voltado à saúde da mulher haitiana, destaca-se a (re)produção de desigualdades de gênero e raciais, tendo como principais dificultadores a comunicação, que ainda é uma barreira a ser transposta nos serviços, e as características culturais e socioeconômicas, que podem influenciar no cuidado em saúde em um país com sistema de saúde diferente do seu país de origem. Aliado a isso percebe-se que, em certa medida, os serviços estão despreparados para prestar atendimento equitativo e integral à imigrante haitiana.

Vieczorek (2020) nos traz relatos que abordam vivências marcadas por violência racial, práticas discriminatórias e violência de gênero, expressas com o que podemos chamar de violência obstétrica. Cabe ressaltar que, desde o início do processo migratório de haitianos para Cascavel, não houve avanços significativos na implementação de ações que contribuam na melhoria do atendimento, bem como iniciativas de acolhimento, equidade e eficácia nas práticas assistenciais na área da saúde. Observa-se a necessidade de trabalhar a interculturalidade com os profissionais que prestam assistência à essa população, uma vez que ainda há situações de tensão permeadas pela diferença cultural.

Diante da fala da pesquisadora, é importante trazermos o conceito de interseccionalidade que, para Crenshaw (2002), é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam a posição social conforme gênero, raça, etnia, classe, etc. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Seguindo a linha de pensamento da autora, é possível compreender a importância de refletirmos a partir da perspectiva interseccional, de olharmos para as particularidades de determinados grupos sociais e locais, onde residem, e como as desigualdades de gênero aparecem fortemente, pautando a importância de fazermos uma leitura conforme a realidade social de diferentes grupos e como essa se apresenta na sociedade brasileira. Se faz necessário construirmos uma análise pensando de que maneira essas situações são pautadas.

Nesta mesma pesquisa, a autora traz que a maioria das mulheres haitianas não falam português, e dependem dos seus parceiros homens para se comunicar.

Observa-se também a falta de empatia das equipes, em algumas situações. É muito comum ouvir queixas em relação às mulheres haitianas, sem contextualizar que elas se encontram em um momento especial (que é o nascimento de um filho), mas longe de suas famílias, inseridas em um ambiente por vezes hostil e amedrontador, sem falar ou compreender o idioma, e com uma cultura da medicalização e higienização que se torna soberana sobre seus corpos (VIECZOREK, 2020, p. 14).

Seguindo essa mesma linha, falamos sobre as diferenças e os efeitos causados pela opressão na vida das mulheres de um modo geral e principalmente na vida das mulheres negras. É importante reconhecermos as diversidades e não reproduzir essa exclusão. Sendo assim, Carla Akotirene (2018) coloca que a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe e gênero e que esteja em um patamar de igualdade analítica.

2.2 Interseccionalidade de raça e gênero

A interseccionalidade é um conceito que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Como já mencionei, aborda como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

A autora menciona a importância de

(...) reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam (CRENSHAW, 2002, p. 8).

Entende-se com a fala da autora que, quando falamos em discriminação de gênero, estamos falando sobre mulheres, negras e brancas, e mais ainda, que a diferença em relação à cor da pele é muito forte, determinando e direcionando a raça como fator determinante, marcando o lugar das mulheres negras como desigual, e mostrando que nesse caso a cor da pele

tem mais força, ficando abaixo em todos os aspectos e determinantes sociais se comparadas às mulheres brancas.

Carla Akotirene diz que se costuma usar a interseccionalidade como correspondente às minorias políticas ou à diversidade,

(...) chegando mesmo a questionar a agência da mulher negra, como se a encruzilhada fosse tão somente o lugar da decisão da vítima: levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018, p. 24).

Isso porque, no Brasil, mais da metade da população é negra: 56,1%. Desse percentual, 49% são mulheres negras e essas são as maiores vítimas da violência no Brasil, seja violência doméstica, física, mental, de classe, entre outras que são determinantes para definir o lugar dessas mulheres na sociedade.

É necessário falarmos que as mulheres não negras também sofrem violências, mas queremos dizer com isso que devemos estar atentas o tempo todo para as especificidades e particularidades, sendo que a cor da pele ameniza os impactos da exclusão nas mulheres brancas.

A interseccionalidade nos instiga a mover estruturas e abrir caminhos (conforme fala Angela Davis), é andar pelas encruzilhadas da vida pensando e criando estratégias de sobrevivência. Ela nos permite ter uma sensibilidade para analisar, pensar e buscar respostas através das experiências de vida das mulheres negras, que durante séculos foram silenciadas e invisibilizadas em termos de políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades dessas mulheres, baseadas não somente nas experiências, mas também nas produções, nas escrevivências (como nos diz Conceição Evaristo). Ainda conforme Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.

Então, a interseccionalidade instrumentaliza para olharmos o coletivo, orienta a romper o pensamento, impulsiona as mulheres negras fortalecendo a luta antirracista, contra o genocídio da juventude negra, apresenta para as mulheres negras anônimas as intelectuais negras e as literaturas direcionadas às mulheres negras. Incentiva as mulheres negras a tensionar e romper com a exclusão, reivindicando seu lugar na sociedade brasileira, e também a fazer um enfrentamento com o movimento negro liderado por homens que não pautavam as questões das mulheres negras. Porque as mulheres negras sempre foram tratadas como as “outras”, sem importância, sem utilidade, porque pretas e pretos são pretos em qualquer lugar do mundo... “A cor da pele não se desarticula da identidade preta” (AKOTIRENE, 2018, p. 35).

Para feministas negras falar sobre gênero é fundamental. Devemos pautar raça, classe e todas as diferenças que existem e, segundo Carla Akotirene, “(...) gênero inscreve o corpo racializado, marcado pela cor da pele e por um passado histórico de lutas e ‘sofrimento’” (2018, p. 28).

Raewyn Connell (2016) diz que o gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o *apartheid* e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais. O gênero não envolve um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico. Envolve um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até sua “destruição”.

Seguindo a colocação da autora, essas são as influências do neoliberalismo permanecendo até a atualidade. Quando falamos em questões de gênero, estamos falando da diferença que existe e que vai muito além de separarmos homens e mulheres, estamos falando sobre exclusão, corporeidade e oportunidades (CONNELL, 2016). As mulheres trabalham mais tempo que os homens e são menos remuneradas mesmo tendo a mesma formação profissional, o que leva essa condição é uma situação cultural e social, questões estruturais da sociedade brasileira desde a escravidão.

Embora os lares brasileiros na sua maioria sejam chefiados por mulheres, não significa que as mulheres estejam sozinhas, sem companheiros, mas sim que os tempos “mudaram”, que as mulheres não dependem dos homens para manter a casa e prover seu sustento. No entanto, as diferenças são visíveis em grande número quando olhamos para academia, e visualizamos a presença expressiva de homens brancos, muito maior que a de homens negros. Já entre as mulheres, as negras estão em menor número se comparadas com as mulheres brancas (IPEA, 2017).

Nessa mesma linha, falamos sobre as diferenças e os efeitos causados pela opressão na vida das mulheres de um modo geral e principalmente na vida das mulheres negras. É importante reconhecermos a diversidade e não reproduzirmos essa exclusão. Sendo assim, Carla Akotirene coloca que a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica.

Podemos ainda interseccionar a dimensão étnica, como Crenshaw nos convida:

As violências racial e étnica contra as mulheres são exemplos de discriminação contra grupos específicos. No contexto dos direitos humanos, todos sabemos o que ocorreu na Bósnia e em Ruanda, onde as mulheres de um determinado grupo étnico foram

alvos de violência racial e étnica. Elas foram estupradas e passaram por violências racialmente codificadas. Por exemplo, a imagem de que as mulheres Tutsi eram sexualmente promíscuas, abertas e fáceis violou seus direitos humanos, antes mesmo de elas serem agredidas fisicamente (CRENSHAW, 2002, p. 12).

No Brasil, a discriminação racial se expressa de diversas formas, e a população negra migrante é atingida de forma perversa; primeiro por ser negra/o, depois por ser originária de outro país e, quando falamos em falta de representatividade e os efeitos disso na vida da população negra, cito alguns exemplos entre eles à falta de representatividade nos meios de comunicação, na política, nas universidades, ou desenvolvendo profissões importantes e de destaque na sociedade. Crenshaw coloca que “Há estereótipos de gênero que determinam quem é uma mulher boa e quem é uma mulher má. Há estereótipos de raça que pré-determinam que as mulheres afro-americanas serão categorizadas como mulheres más, a despeito do que fazem e de onde vivem” (CRENSHAW, 2002, p. 13). Pode-se dizer, ainda, que a propaganda de gênero com um componente racial também faz parte de algumas políticas públicas.

Crenshaw (2002) nos chama a atenção para o fato de que quando as mulheres negras são protegidas contra a discriminação racial, são protegidas contra todas as formas de discriminação de gênero, e não apenas das formas que afetam as mulheres da elite que estão protegidas das formas que ocorrem com as mulheres pobres e negras. Esse é o desafio da interseccionalidade.

2.3 As mulheres negras e as políticas públicas no Brasil

Segundo Lima (2010), a partir da segunda metade da década de 1990 acelera-se um processo de mudanças acerca das questões raciais, marcado fortemente por uma aproximação entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro. É a partir deste momento que as reivindicações por ações mais concretas para o enfrentamento das desigualdades raciais começam a ser demandadas.

Nesse cenário, as organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras foram as grandes protagonistas na colocação da pauta sobre as especificidades relativas à vida da população negra e, em especial, acerca das mulheres negras, afetadas pelo racismo estrutural, na discussão da sociedade brasileira. Algumas conquistas só foram possíveis após a tomada do Governo Federal, via presidência da república, de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), na época representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Talvez por ideologia política, muito por pressão vinda dos movimentos sociais, especificamente do Movimento Negro, o então presidente teve um olhar diferenciado para “os menos favorecidos”, atendendo demandas que há muito tempo estavam sendo solicitadas pela

população em geral. A população negra na época era a que mais reivindicava justiça, reparação e inclusão. Essas foram parcialmente atendidas como forma de reparação histórica, para dar uma resposta à sociedade que votou acreditando em mudanças, melhorias e nas propostas de um presidente que na época falava ser representante do povo, por toda sua trajetória na militância.

No governo Lula⁷, houve mudanças importantes, entre estas a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Foi um período de muitos avanços para a população negra e embates, podemos citar a política de cotas raciais que vinha sendo implementada por algumas universidades e passou a ser lei federal em 2012⁸, que possibilitou o ingresso de negros e negras na universidade pública. Algumas pessoas brancas falavam e ainda falam que não deveriam existir cotas raciais, e sim sociais, que muitas pessoas brancas vão perder o lugar na universidade, que também existem pessoas brancas pobres, assim como negros, que moram nas comunidades periféricas, que também têm dificuldades em conseguir acessar a universidade, seja ela pública ou privada.

Sabemos que o que está por trás dos discursos contra as cotas raciais - existe todo um contexto histórico, durante e após a abolição da escravidão no Brasil, pois o negro ainda é visto como escravo, inferior e sem direitos ou acesso. Essa inserção na universidade é um fator de mudança e transformação, além de integrar a população negra em um universo diferente, quebrando paradigmas e potencializando esses sujeitos. Neste caso, estudantes e seus familiares, mudando o contexto familiar e comunitário, privilegiando e valorizando a (o) negra (o) como pessoa. Isso possibilita um crescimento pessoal e profissional, contribuindo para posições qualificadas a competir mesmo que de uma maneira ainda desigual, com a população não negra em uma vaga no mercado de trabalho, concursos públicos e muitas outras situações que até então os impossibilitava, por falta de qualificação e pela cor da pele.

Portanto, quando falamos em inclusão, devemos olhar para o diagnóstico das desigualdades sociais, cujos dados nos mostram que a população negra ainda está muito longe de ocupar esses espaços, por isso devemos nos atentar para as diferenças entre brancos e negros e incluirmos essas diferenças na construção de políticas públicas. É necessário, para essa construção, reconhecer as demandas e condições conforme o recorte racial, a necessidade de

7 O Governo Lula corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1 de janeiro de 2003, finalizando em 1 de janeiro de 2011.

8 As cotas raciais são um modelo de ação afirmativa regulamentada por meio da Lei 12.711/12, que destina metade das vagas das instituições de Ensino Superior para estudantes egressas (os) de escolas públicas, autodeclaradas (os) negras (os) e/ou indígenas, considerando também fatores socioeconômicos.

cada população, atentar para o território onde vivem, pois esse é um forte indicador sobre o que deve ser feito quando falamos em acesso, mobilidade e inclusão.

Nesse sentido, Jesus questiona: “Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil?” (JESUS, 2014, p. 33). Ilustrando a fala da autora, os dados do IBGE mostram que o país tinha 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$ 406 por mês em 2017, dois milhões a mais que em 2016. Isso significa que a proporção da população em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5%, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE⁹.

Na busca por reivindicar avanços e conquistas nas políticas públicas, quando falamos em acesso e inclusão das pessoas ditas como “vulneráveis”, entre estas podemos citar a população negra, apontamos que a política pública da assistência social, a criação de programas sociais, entre eles o programa Bolsa Família, através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, possibilitaram a inclusão de várias políticas públicas e benefícios sociais. Esse reforço chegou para agregar a renda familiar, visto que a população negra é a que mais acessa, por residir em sua maioria nos territórios periféricos e com precário acesso aos serviços públicos.

Sobre esse acesso, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou em 2015 o Caderno de Resultados População Negra, que foi uma pesquisa realizada sobre o acesso aos serviços. Em relação ao Programa Bolsa Família a folha de pagamento garantia Renda a 10,3 milhões de famílias chefiadas por negras/os. Do total de famílias inscritas no Cadastro Único, 67% são chefiadas por pessoas negras. Dessas famílias, 88% são chefiadas por mulheres. Das famílias que recebem o Bolsa Família, 75% são chefiadas por negros e, desse percentual, 1,4 milhão de famílias extremamente pobres incluídas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família (PBF). Esses dados são de junho/2011 a março/2015.

Para as feministas negras, o benefício é visto como um avanço quando falamos em inclusão e equiparação no acesso às políticas públicas. Uma estratégia adotada nas práticas do PBF é a prioridade do repasse às mulheres, o que nos coloca a relevância da tematização das diferenças entre esse grupo costumeiramente tomado como uniforme. Os debates sobre políticas de combate à pobreza devem dialogar com as problemáticas relacionadas às

9 Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acesso em: 17/11/2019.

intersecções entre marcadores sociais que produzem, sistematicamente, o que Kimberlé Crenshaw chama de “subordinação interseccional” (CRENSHAW, 2002).

Em um estudo sobre o Programa Bolsa Família realizado pela antropóloga Dra. Vera Rodrigues (2016), intitulado *E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE*, onde ela usou o método de entrevista junto a mulheres trabalhadoras domésticas, donas de casa e mães, com idades entre 25 e 50 anos, sendo que a maioria se reconhece como pardas, a autora procurou mostrar os impactos do Bolsa Família na vida dessas mulheres de pouco ou nenhum acesso à renda. Mulheres que tiveram uma infância difícil, e que presenciaram as dificuldades e tristezas vividas pelos pais, por não ter como suprir as necessidades básicas dos filhos/as e que com o Bolsa Família puderam pensar em uma possibilidade de manter os filhos na escola e ter uma renda para comprar alimentos e suprir alguma outra necessidade.

As primeiras falas são permeadas de momentos de silêncios, alguma timidez e memórias vivas sobre o trabalho familiar na roça; as feiras de domingo com gosto de rapadura e das dificuldades de acesso à escola. Na sequência, as falas recaem sobre as mudanças que a vida trouxe: filhos, casamentos e expectativas futuras. Nessas trajetórias de vida aparece o “dinheirinho que ajuda a gente assim” e faz “a vida melhor” (RODRIGUES, 2016, p. 89-90).

Podemos observar que as histórias são parecidas. Embora o estudo tenha sido realizado em outro estado, no Rio Grande do Sul essa situação também é vivenciada por mulheres negras e não negras que residem na capital Porto Alegre, em comunidades periféricas que, por vários motivos, sendo o principal deles o racismo, estão vivendo em condições precárias, muitas sem emprego ou desenvolvendo trabalho na informalidade, com pouca renda. A renda é um dos fatores que nos leva a entender a situação da desigualdade social no país, e nessa corrida pela aquisição de bens, serviços e melhores condições de vida, a população negra está sempre atrás, na maioria das vezes não consegue chegar, e quando chega é sempre em último lugar, ou melhor dizendo, sempre depois da população não negra. Estamos falando de oportunidades iguais de acesso, onde a cor da pele não seja um fator determinante, algo que impeça que essas mulheres alcancem seus objetivos e acessem seus direitos. Segundo Carneiro:

O debate focalização versus universalização faz supor que não haja focalização nas políticas universalistas no Brasil, que elas são neutras e igualitárias. Uma análise sobre a distribuição dos recursos a creches pelos estados brasileiros revelou, segundo o pesquisador Ricardo Paes de Barros, que a última criança atendida em Santa Catarina tinha renda per capita de 50 reais. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) segue o que eles chamam de “critério histórico”: o dinheiro do passado se divide como sempre se dividiu, só se vier mais dinheiro é que se pensa nos pobres (CARNEIRO, 2011, p. 98).

É sabido que o Brasil se favoreceu do trabalho escravo em um período de quatro séculos, colocando à margem o seu principal agente construtor: o negro, que passou a viver em condições de miséria, sem trabalho, sem possibilidades de viver em condições dignas. Realizando uma análise da conjuntura histórica é possível lembrar alguns incentivos do governo brasileiro à imigração estrangeira, e a tentativa de extirpar o negro da sociedade brasileira, surgindo como estratégia à tentativa de embranquecer o Brasil.

Segundo Silva (2003), provavelmente o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania de negros e negras.

2.4 Percurso metodológico

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, que foi se configurando como uma pesquisa-participante na medida em que se incluem algumas ações para contribuir com o acesso dessas mulheres a alguns equipamentos sociais.

No início, a pesquisa teve como interlocutoras mulheres negras haitianas, que moram nos Bairros Sarandi e Rubem Berta, situados na zona norte de Porto Alegre. A Região tem 91.366 habitantes, representando 6,48% da população do município, com área de 28,76 km², representa 6,48% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 3.176,84 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 3,43% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,64 salários-mínimos¹⁰.

A seguir apresentarei alguns gráficos com dados informativos sobre o bairro e a população que nele reside. Os dados foram obtidos no portal Observa POA, Porto Alegre em Análise – sistema de gestão e análise de indicadores¹¹.

Os Gráficos apresentam o crescimento expressivo e rápido da população negra no bairro, proporcionado em maior número pela população negra imigrante, seja Haitiana ou Senegalesa. Demonstra ainda a concentração desta população em uma região periférica da cidade, distante da localização central, longe dos olhos das pessoas e das regiões mais valorizadas, com alto poder financeiro.

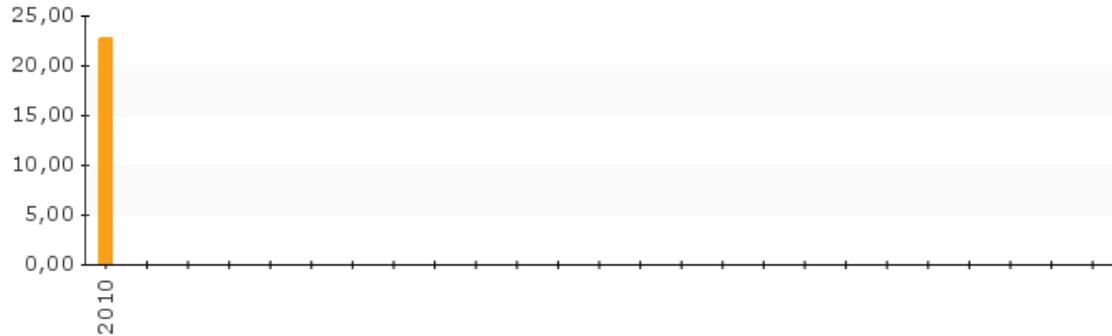
¹⁰ Dados disponíveis em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=6_3_132>. Acesso em 27/09/2020.

¹¹ Ver mais em: http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=6_11_234. Acesso em 08/10/2020.

Gráfico 1: Percentual da população negra em relação ao total da população residente.

Região Norte

População negra



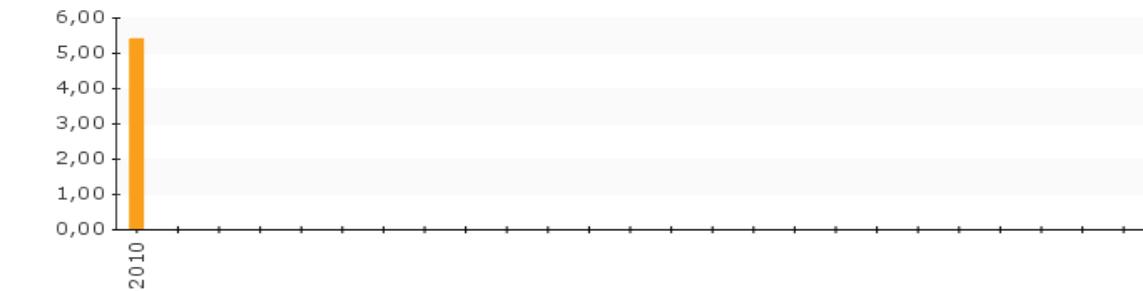
Unidade: Percentual

Fonte: Observa POA. Acesso em 8/10/2020.

O gráfico a seguir representa o percentual de população negra de 15 anos e mais analfabeta, sobre o total de população negra nessa faixa etária. Ao observarmos o gráfico abaixo, visualizamos o alto índice de evasão escolar das/os adolescentes pretos e pardos da educação dita formal, outro dado que nos chama atenção. No entanto, tal “abandono escolar” acontece porque esses jovens veem a necessidade de se inserir no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas de casa, comprar alimentos e até mesmo contribuir no pagamento do aluguel. Mais uma vez esses dados são identificados no bairro Sarandi, conforme será mencionado no decorrer do trabalho.

Região Norte

Analphabetismo na população negra



Unidade: Percentual

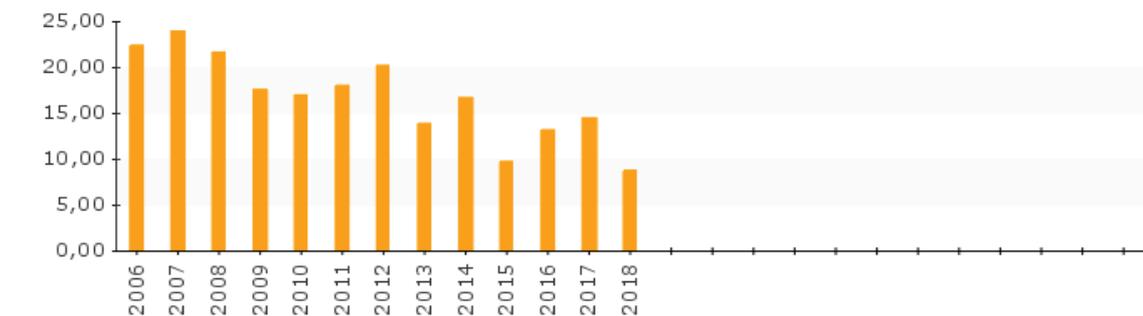
Fonte: Observa POA. Acesso em 8/10/2020.

Já o gráfico abaixo representa o percentual de nascidos vivos cujas mães, de cor negra, tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães negras. Última atualização em 2019. Referente as informações mencionadas abaixo estão relacionadas a falta de acesso à educação escolar, agravada a precária situação vivenciada diariamente no território e ao crescimento e avanço da tecnologia da qual essas meninas negras estão excluídas, além da falta de informação e a exposição ao risco e vivência com o tráfico de drogas muito intenso na comunidade.

Gráfico 3: Gravidez na adolescência - mães negras.

Região Norte

Gravidez na adolescência - mães negras



Unidade: Percentual

Fonte: Observa POA. Acesso em 8/10/2020.

A seguir, gráfico apresentando o percentual de mortes por homicídio de jovens negros do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa faixa etária, cor e sexo. Em

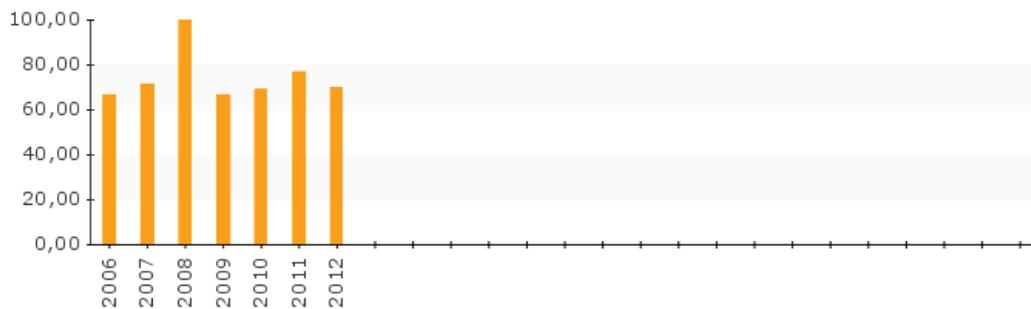
relação ao gráfico abaixo, visualizamos um aumento expressivo no homicídio dos jovens negros no bairro em 2008, queda em 2009 e 2010 e então um aumento em 2011 e uma leve diminuição em 2012. Essas mortes mostram a forte presença do racismo, e as decorrências do processo de escravização no Brasil, o genocídio da juventude negra está longe de terminar, decorrente também da globalização. Milton Santos em seu artigo *O mundo como é: a globalização como perversidade*, diz que:

De fato para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como fábrica de perversidades. O desempregado crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida... A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes... A educação de qualidade é cada vez mais inacessível (SANTOS, 2001, p. 20).

Gráfico 4: Homicídio juvenil masculino negro.

Região Norte

Homicídio juvenil masculino negro



Unidade: Percentual

Fonte: Observa POA. Acesso em 8/10/2020.

Sarandi é atualmente o segundo bairro mais populoso da cidade de Porto Alegre, e é onde também se encontra a maior concentração de imigrantes haitianas(os): são 1079 pessoas, conforme dados fornecidos pelo Centro Ítalo Brasileiro de Assistência às Migrações – CIBAI.

Conduzimos a pesquisa através das técnicas de grupos de discussão, entrevistas e observação. Os primeiros passos foram através dos grupos, na perspectiva de nos conhecermos e criarmos um vínculo de aproximação. Realizamos quatro encontros com a participação de algumas convidadas, depois passamos para a técnica de entrevistas individuais, visitas domiciliares e a participação da pesquisadora em alguns espaços públicos, alguns com forte inserção política, outros proporcionados pela sociedade civil e espaços acadêmicos, todos com a perspectiva de debater propostas e pensar políticas públicas de inclusão para a população negra imigrante haitiana.

Diante do mencionado acima, utilizamos na entrevista o método narrativo no âmbito da investigação qualitativa, que conforme propõem Camila Junqueira Muylaert et al (2014). A entrevista narrativa caracteriza-se por abordar questões relacionadas às singularidades das vivências, de maneira aberta, para que os sujeitos se debrucem sobre seus relatos e memórias com formas próprias de narrar.

Nas entrevistas narrativas se considera que nossa memória é seletiva, lembramos daquilo que “podemos” e alguns eventos são esquecidos deliberadamente ou inconscientemente. Nessa perspectiva, o importante é o que a pessoa registrou de sua história, o que experienciou, o que é real para ela e não os fatos em si (passado *versus* história).

Segundo Christine Delory-Momberger (2012) no artigo *Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica*, a finalidade da entrevista é mesmo colher e ouvir, em sua singularidade, a fala de uma pessoa num determinado momento de sua existência e de sua experiência. Por essa pesquisa ser realizada com mulheres negras imigrantes haitianas, é necessário estarmos atentas às falas, olhares e gestos. Os relatos estão cobertos de vários sentimentos, de angústia e de “esperança” na construção de um futuro melhor com acesso à emprego, habitação, educação e possibilidades, sendo que algumas destas possibilidades não foram encontradas e outras ainda não vividas no país de origem. Haiti vive um momento de dificuldades, embora aqui no Brasil não seja muito diferente, temos dificuldades, empecilhos e na maioria das vezes são situações causadas pelo racismo.

Com o intuito de contextualizar as participantes dessa pesquisa, é preciso frisar que são mulheres negras imigrantes que, ao chegar a um país desconhecido, com uma estrutura social que (re)produz desigualdades raciais e de gênero, são colocadas em situações em que é difícil ter acesso aos mínimos básicos para viver (moradia, trabalho, etc.), embora algumas possuam formação superior, outras, cursos técnicos, e muitas ensino médio completo.

Não existe uma profissão comum entre elas, algumas são formadas em Pedagogia, outras são manicures, outras têm o trabalho de trancista como profissão. Entretanto, todas enfrentam muitas dificuldades em conseguir emprego na área de formação, sobretudo devido às diferenças linguísticas, uma vez que o idioma oficial do Haiti é o Francês, mas a língua falada no cotidiano é o Creole, o que dificulta a comunicação, gerando um sentimento de angústia, silenciamento e opressão. Muitos são os obstáculos vividos pela população haitiana, mas a dificuldade em se comunicar é bastante agravada juntamente com a discriminação racial e a condição social.

Frente a essas questões, penso: como abordar, realizar o primeiro contato de aproximação com as mulheres negras imigrantes haitianas? Como falar com essas mulheres

sobre o processo migratório na perspectiva de retomar a vida em outro país, com outra cultura? De que maneira e como se dá esse acolhimento quando falamos em acesso às políticas públicas para migrantes?

Na condição de pesquisadora negra e profissional do serviço social, atuando na política pública da assistência (na época em que iniciei o campo), avaliei que seria importante e ético devido ao território de atuação, abordar as mulheres negras haitianas moradoras de outro território, devido às possíveis dificuldades e resistência na aceitação da equipe técnica. Nesse local, a demanda de atendimento por migrantes é grande, um número significativo reside no território, no entanto, iniciei a pesquisa com mulheres negras que residem em outra comunidade.

Sendo assim, a primeira tentativa foi com a rede da assistência, com as colegas do CRAS¹² Santa Rosa, que se localiza na mesma região, porém em outro bairro. Nessa comunidade, o acesso de mulheres imigrantes haitianas é bem expressivo e a equipe técnica do CRAS realizou em outubro de 2018 uma ação com um grupo de imigrantes incluindo homens e mulheres.

No entanto, essa parceria não deu certo, motivo pelo qual solicitei o apoio de uma agente comunitária de saúde que trabalha na Unidade de Saúde Parque dos Maias¹³. Prontamente meu pedido foi atendido. A agente comunitária em questão é uma mulher negra, de 43 anos, promotora em saúde da população negra, ativista e militante do movimento social de mulheres negras, e reside na comunidade de desenvolvimento do projeto. É referência de algumas famílias de imigrantes haitianos/as no bairro e minha amiga desde a infância - nossos pais eram amigos na adolescência e nós crescemos com uma amizade sincera e apoiadora. Após relatar o porquê do pedido, a profissional pensou quais mulheres negras da sua área de abrangência aceitariam participar da pesquisa por aproximadamente dois anos.

A proposta dos encontros foi de conversar sobre como ocorreu a acolhida no estado/cidade, dialogar sobre suas histórias de vida e questões importantes que elas gostariam de falar. Questões essas que devido ao preconceito, racismo e exclusão, ou mesmo por estarem fora do país de origem, muitas vezes não conseguem verbalizar. As vivências de racismo provocam o silenciamento e aumentam a dificuldade de comunicação, seja com a rede de apoio no acesso às políticas públicas e benefícios ou, em alguns momentos, o fato de as mulheres

12 Centro de Referência da Assistência Social.

13 O Parque dos Maias é uma vila que compõe o bairro Rubem Berta, localizado no limite da capital gaúcha, fazendo divisa com o município de Alvorada. O Rubem Berta atualmente é o bairro mais populoso da capital, contando com mais de 87 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010.

negras haitianas se distanciarem das mulheres brasileiras negras e não negras, evitando proximidade.

Talvez por medo do novo, do desconhecido ou por desconfiança, enfim, situações decorrentes do modo de exclusão provocados pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Tal atitude não quer dizer que essas mulheres não tenham sentimentos, opiniões e vontades, e sim, uma maneira de proteção e invisibilidade. Cabe a fala da repórter Monique Evelle: “nunca fui tímida, fui silenciada” (RIBEIRO, 2018, p. 26).

Diante do contexto, pensamos em escolher um local acolhedor, sem custo financeiro e onde tivesse espaço para receber as mulheres e seus/suas filhos/as, então escolhemos para a realização dos encontros a Associação Comunitária de Moradores Parque dos Maias – ACOPAM. No primeiro encontro, aos poucos nossas convidadas foram chegando.

Os nomes aqui dados são todos Africanos e fictícios, empregados para preservar a imagem das mulheres negras Haitianas.

A primeira foi Bunmi, de 27 anos, casada e mãe de um filho, ela está no Brasil há 3 anos e casou no Haiti um mês antes de viajar para o Brasil. Com relação à sua escolaridade, possui Ensino Fundamental completo, atualmente está desempregada e seu último emprego foi como auxiliar de serviços gerais no hospital Santa Casa.

Bunmi tem 3 irmãs que estão morando no país de origem com idades de 16, 19 e 20 anos. Todas são estudantes. Também tem 3 irmãos por parte de pai que residem no Estados Unidos, e o motivo de escolher o Brasil foi a dificuldade de estudar, trabalhar e conseguir emprego no Haiti. Bunmi atualmente reside em uma casa alugada no bairro, paga de aluguel o valor de R\$ 500,00 pela casa que tem 2 quartos, sala, cozinha e banheiro. Bunmi é beneficiária do Programa Bolsa Família e recebe mensalmente o valor de R\$ 190,00. O valor do benefício é pouco, no entanto, contribui com o pagamento das despesas básicas e necessárias, agregando na renda familiar.

Bunmi, assim como outras mulheres negras haitianas que vieram para o Brasil, relatam que no Haiti é difícil acessar direitos sociais através de políticas públicas que contribuam a melhorar as condições de vida da população. Durante nossa conversa perguntei qual a maior dificuldade encontrada no Brasil, ao que Bunmi responde que no Haiti “todos somos negros” e no Brasil, “olham o negro com olho diferente”.

Lisha é a segunda participante, tem 28 anos, é mãe 2 filhos com idades de 2 e 8 anos e possui ensino médio incompleto. Está no Brasil há 3 anos e 11 meses, atualmente desempregada, sua profissão é confeiteira. Sobre o benefício Bolsa Família, recebe, mas está

bloqueado. Com relação ao seu companheiro, no período em que Lisha participou dos encontros, ele também estava desempregado.

A terceira participante se chama Durah, tem 29 anos, é professora de educação infantil, tem 2 filhos - uma menina de 9 anos e um menino de 7 e, ainda, estava gestante de 6 meses. Está no Brasil há 3 anos, é casada e seu esposo, que tem 32 anos, trabalha consertando bateria de caminhão.

Durra é a quarta participante. Ela tem 32 anos, é mãe de 2 filhos, e está há 3 anos no Brasil. Trabalha como auxiliar de serviços gerais e possui ensino fundamental incompleto. Durante nossa conversa fez um pedido de ajuda para poder retomar os estudos e ser professora de educação infantil.

A quinta participante se chama Paka e tem 23 anos, 1 filho, está há 3 anos no Brasil e é casada, seu esposo tem 33 anos. Atualmente Paka trabalha como manicure em um salão de beleza.

Mwana, a sexta participante, tem 27 anos, 4 filhos, ensino médio incompleto e está no Brasil há 1 ano, trabalhando atualmente como auxiliar de serviços gerais. Seu esposo foi o único homem presente e que participou de todos os encontros. Ele se chama Abasi, tem 31 anos, possui ensino médio completo, está há 4 anos no Brasil e trabalha em um mercado como atendente há 3 anos.

A sétima mulher que compareceu ao encontro se chama Afua, tem 25 anos, 1 filho e ensino fundamental completo. Está no Brasil há 1 ano e 9 meses, no momento da pesquisa estava desempregada. Seu esposo trabalha em um restaurante.

A oitava participante, Nena, tem 26 anos e não tem filhos, estava desempregada no momento da nossa conversa, é solteira, possui ensino médio completo e está no Brasil há 8 meses.

Eshe é a última participante. Tem 36 anos, é mãe de um filho, tem ensino médio incompleto e é trancista de profissão, mas atualmente não trabalha. Está no Brasil há 4 anos.

Esse encontro foi emocionante e enriquecedor, possibilitou observar em um primeiro momento a desconfiança no olhar de cada uma das mulheres presentes, ao mesmo tempo em que se criava uma expectativa sobre o que seria abordado nos próximos encontros, como seria feita essa articulação e planejamento. À medida em que foram chegando, me apresentei e quando todas estavam juntas, fiz uma apresentação coletiva, apresentei meu filho, falei um pouco sobre a minha vida pessoal, profissional e sobre a minha pesquisa de mestrado em Ciências Sociais e o quanto a presença de todas era importante e tinha um significado especial naquele momento.

Compartilhei um pouco da minha trajetória na militância e depois, com a ajuda da agente de saúde e sua filha, fizemos registro dos dados pessoais, como nome completo, endereço, telefone e o tempo de residência no Brasil. Na ocasião, algumas estavam acompanhadas de seus filhos, as crianças com idades muito próximas, todas muito quietas, a interação/aproximação com elas foi difícil, lembro que por mais que tentasse ser simpática, o meu esforço não foi o suficiente, estava faltando alguma coisa para ser acolhida por elas para a aproximação e interação acontecer. Já as crianças, meninas e meninos estavam alegres, sendo crianças, o que me deixou por um momento mais tranquila, as meninas me chamaram atenção, estavam com os cabelos trançados e enfeitados, com o olhar alegre, brilhante, longe da preocupação e ansiedade vivenciada pelos pais no dia a dia, como se estivessem no país de origem, não percebem a diferença e discriminação vivenciada... “Cada um com seu jeito, cada jeito é de um. Todos se respeitam, todos se curtem, todos se amam” (DIAS, 2012).

Com o intuito de fazer um planejamento para os próximos encontros, perguntei quem aceitaria participar da pesquisa e como seriam os próximos encontros. Das mulheres presentes, três entendiam e falavam português, as outras precisavam de tradução e uma delas foi a intérprete. Nesse dia criamos um grupo no aplicativo Whatsapp com nome *Imigração Haiti #Uniforça*. Com a criação do grupo, a comunicação passou a ser quase que diária.

Embora o encontro favorecesse minha aproximação dessas mulheres e também o único homem participante da pesquisa, eu precisava de algo mais, frequentar outros espaços para conhecer e entender o processo migratório Haiti/Brasil. O ano de 2018 foi difícil, poderia dizer desafiador para execução e implementação das políticas públicas, com o aumento do número de pessoas migrando para o Brasil - Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos - uma demanda emergente que nos conduz a pensar estratégias de acolhimento na saúde, educação e assistência social, políticas públicas importantes na inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira.

Começo a abordar como se deu a aceitação pela população gaúcha, estamos falando de um estado majoritariamente branco, racista, elitista, e com uma política de governo higienista. A partir de então começo a observar os migrantes haitianos que estavam há mais tempo no Brasil. Estes iniciam uma articulação com lideranças comunitárias no território onde residem, nas unidades de saúde, igrejas, universidades e movimentos sociais, na tentativa de pensar estratégias de sobrevivência e facilitar o acesso à busca por moradia, acolhimento e emprego.

No dia 25 de maio participei de um seminário promovido pelo GAIRE - Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados, que aconteceu no Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A proposta do evento era de mergulhar no universo artístico-migratório. Foram convidados migrantes artistas que residem atualmente em Porto Alegre para compartilhar com o público um pouco de seu trabalho e para falarem sobre o modo como a migração e a arte convergem em seus processos de criação, influenciando-se mutuamente. Um espaço de visualização e escuta dessas pessoas que migram e que vivem a arte aqui na cidade, produzindo ideias e tensionando o mundo com suas criações.

Estava presente nesse dia Elisa Ricardo Mateus - nascida na Angola, Geóloga formada pela UNISINOS em 2015, empreendedora do Tranças África desde 2007. A história de migração da Lili (chamo assim por conhecer desde 2011, era cliente do salão desde sua primeira sala na avenida Bento Gonçalves - Porto Alegre/RS), mulher negra, é diferente da história das mulheres negras haitianas. Eu não tinha muito interesse pela história da migração, e depois que iniciei os estudos, percebi as diferenças no modo migratório. Lili migra após o pai migrar para Brasil e escolhe o RS para estudar. Seu país de origem não estava em guerra nem foi acometido pelo terremoto, a realidade era outra. Lili teve apoio e estrutura familiar para se manter no Brasil, fez uso de sua cultura para ganhar algum dinheiro e tentar se manter, virou uma empreendedora de sucesso, e não pensa em voltar para Angola, mas visita os familiares sempre que possível. Lili ampliou a rede do salão, agora tem uma na cidade de São Leopoldo e outra no centro de Porto Alegre, além de cursos sobre tranças *online*.

Outra participante do evento foi Sarah Donis - nascida na Venezuela, Ambientalista, formada em Gestão Ambiental pela Universidad Bolivariana de Venezuela no ano de 2016. Tem paixão pela cozinha e pensa em fazer um curso de gastronomia no futuro. Sarah participou do evento vendendo suas arepas, comida típica do seu país. Comprei para experimentar, uma delícia.

Também estive presente Reynerio Espinoza, nascido em Honduras, fotógrafo e cineasta, formado em Produção Audiovisual na PUCRS. Em 2018, produziu longas e curtas-metragens, assim como projetos de ficção e documentários.

O último participante do evento que menciono é Vanito Ianium Vieira Cá, nascido em Guiné Bissau, autor do livro de poesias *Sakur! Terra de um Homem Só*. Bacharel e licenciando em Ciências Sociais, Especialista em Direito do Estado e Mestre em Política Social e Serviço Social (área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais) pela UFRGS. Integrante do GAIRE e do NEST - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho da UFRGS.

Participar do Migrarte foi importante, me possibilitou olhar amplamente a situação migratória e os efeitos do processo migratório e a transnacionalidade na vida dessas pessoas, no momento da escuta da fala das mulheres migrantes ali presentes, percebe-se que temos muito

a avançar quando falamos em direitos das mulheres, nas dificuldades encontradas por elas ao chegarem no Brasil, e todo o processo de inserção na sociedade. Crenshaw (2002) fala sobre a prática dos direitos humanos no campo do gênero, por exemplo, desenvolveu-se afirmando que “os direitos humanos são direitos das mulheres” e que “os direitos das mulheres são direitos humanos”.

Seguindo com participações em encontros e seminários, participei da 34ª Semana do Migrante. A abertura foi na Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 17/06/2019, e às 19h aconteceu uma audiência pública liderada pelo coordenador do Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul, Mário Jaime Fuentes Barba. Entre vários assuntos discutidos, a pauta do momento era o orçamento para a migração no município de Porto Alegre, entre os recursos uma das exigências foi para habitação. A fala do Mário foi de que não devemos olhar para a questão migratória como um problema, e sim como uma oportunidade de acolher, integrar, promover e criar oportunidades para que todos os migrantes sejam eles haitianos, senegaleses, sírios ou venezuelanos cresçam e se desenvolvam. Já Karin Kaid Wapechowwki, coordenadora de projetos com refugiados do serviço jesuíta a migrantes, trouxe números das Nações Unidas. Segundo ela, 68,5 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas em todo o mundo. Destes, 25 milhões são refugiados, metade deles com menos de 18 anos e 57% saídos do Sudão do Sul, Afeganistão e Síria.

Também estavam presentes Reginete Bispo (que já mencionamos), suplente ao Senado, ao lado de Paulo Paim, James - presidente da associação dos Haitianos em Porto Alegre - e outros representantes da sociedade civil, além de estudantes universitários. Espaços como esses devem abrir as portas para acolher e debater essas questões, afinal a Câmara de Vereadores é a casa do “Povo”, devemos levar pautas importantes e exigir dos representantes eleitos pelo povo, um posicionamento e comprometimento no planejamento e uma possível solução.

A Associação dos Haitianos em Porto Alegre, presidida por James, se constituiu no mês de agosto de 2019, na perspectiva de auxiliar os haitianos conforme demandas levantadas por eles e necessidades emergenciais. James faz um breve relato sobre o tempo de constituição do país, destacando os 216 anos de independência. É um povo negro que lutou para conseguir sua independência, um povo migratório que passou por várias colônias, não conhece a própria história, conhece uma coisa e na história sai outra coisa... “É tudo falsificado na história do Haiti”, conforme ele expressou. O país tem de 10 a 11 milhões de habitantes, a língua oficial é o Creole, porém a maioria dos livros existentes no Haiti são escritos em francês (Diário de campo da fala de James, Presidente da Associação do Haiti em Porto Alegre).

No dia 25 de julho recebi um convite para participar de um seminário realizado pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP, em Porto Alegre, cujo tema era o Processo Migratório no RS. Nesse dia pude falar sobre a minha pesquisa que estava iniciando e as percepções observadas durante os encontros realizados com as participantes até aquele momento. Foi um momento importante assim como todos os demais. É sempre bom trocar conhecimentos, ouvir relatos de pessoas que vivenciaram na pele o processo migratório, nos chamando atenção, alertando sobre a necessidade de pautarmos e olharmos para as/os migrantes com o devido olhar de respeito. Entendendo que a migração é para além de uma melhor condição financeira, é um processo de sobrevivência e de poder acessar melhores condições de vida e ter acesso a políticas públicas nunca atingidas antes no país de origem, é ser acolhida/o, ouvida/o como pessoa que busca apoio e orientação.

A partir desse processo, fui convidada a participar de muitos eventos, congressos e seminários que pautam a temática imigração, e fiquei como referência nos espaços onde trabalho, principalmente no CRAS onde a demanda da população negra imigrante é muito grande.

Em novembro de 2019 fui convidada pela Reginete Bispo a compor a equipe do Observatório Pela Integração e Enfrentamento ao Racismo e a Xenofobia - AfroMigra, que é um projeto do Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias, a AKANNI - em parceria com instituições públicas e organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa, promoção e efetivação de direitos para a população migrante. AfroMigra responde à necessidade de acompanhar e contribuir no processo da integração social de imigrantes e refugiados, em especial, africanos, afro-caribenhos e afro-latinos no Estado do Rio Grande do Sul.

A proposta inicial da minha participação no grupo seria desenvolver oficinas com as mulheres negras imigrantes, acolhendo as dúvidas referentes à política pública da assistência social, saúde e orientando como acessar. No entanto, fui inserida na equipe e desde então estou contribuindo para a elaboração de uma cartilha cujo capítulo que fala sobre a assistência está sendo construído por mim, também realizamos reuniões mensais via internet, com o intuito de socializarmos as dúvidas nossas e das pessoas imigrantes que buscam nossos atendimentos.

O contato com as mulheres negras haitianas me fez pensar e refletir sobre o estudo e os efeitos após a proximidade com elas. A pesquisa etnográfica e os espaços percorridos contribuíram para o entendimento da realidade e o quanto é difícil para essas mulheres a adaptação e a convivência em outro país com culturas e idiomas completamente diferentes. E

quanto a teoria é importante para fundamentar os dados, e também para questionar pesquisado e pesquisador, aí entram novamente os papéis sociológicos e como eu me vejo nisso tudo.

Em um estudo realizado por Fleisher (2017) com “mães de micro” no cenário do Zika Vírus, a autora fala sobre a importância do segurar, caminhar e falar, e a experiência com a pesquisa etnográfica, que os espaços percorridos pelo pesquisador contribuem, são importantes e ao mesmo tempo fazem com que este saia da sua zona de conforto. Esses estudos também deslocam a diferença para outros atores e espaços.

Ainda na esteira de Fleisher (2017), a partir do atual contexto que estamos vivendo, como está sendo a adaptação dessas crianças negras na sociedade brasileira? A maioria das crianças participantes da pesquisa nasceram no Haiti e viajaram ainda bebês para o Brasil. Nesse sentido, questiono: como está acontecendo a prática do cuidado no Brasil?

Alguns meses atrás com o movimento contrário à vitória do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, um grupo de mulheres lançaram a campanha “ninguém solta a mão de ninguém”. Mas a questão é, quem está segurando a mão dessas mulheres, crianças e homens migrantes? Quem acolhe essa população negra que está chegando no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre?

Esse é um dos meus questionamentos. No artigo *Ser afetado*, de Jeanne Faveret-Saada, a autora relata: “com efeito, minha experiência de campo com o desenfeitiçamento e, em seguida, minha experiência com a terapia analítica levaram-me a pôr em questão o tratamento paradoxal do afeto na antropologia: em geral, os autores ignoram ou negam seu lugar na experiência humana” (2005, p. 155). Por esse motivo a importância do trabalho etnográfico, a aproximação dessas mulheres, o universo apresentado por elas, a troca de conhecimentos, saberes e o desafio de tentar compreender os posicionamentos do único homem que faz parte da pesquisa. “Colocar em contato” (FLEISHER, 2017) para ter a chance de conhecer, de se aproximar e mais do que tudo, de se deixar permear, sensibilizar e aprender.

As fotos abaixo foram tiradas no primeiro encontro com as mulheres negras Haitianas na ACOPAN, dia em que conseguimos reunir 9 mulheres negras e o esposo de uma delas. As crianças também estavam presentes, tive a oportunidade de aproximação e conhecimento. Foi uma tarde muito especial, meu filho Lorenzo estava presente e mesmo sem entender o idioma brincou e interagiu com as crianças.

Imagem 1: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN.



Fonte: Acervo da autora.

Imagem 2: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN (II).



Fonte: Acervo da autora.

Imagem 3: Foto tirada no primeiro encontro, dia 15/11/2018 na ACOPAN (III).



Fonte: Acervo da autora.

3. EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS DE DUAS MULHERES NEGRAS HAITIANAS

Neste capítulo, abordo as experiências migratórias de duas haitianas, considerando as dinâmicas de gênero, raça e classe que perpassam essas vivências.

Durante o processo de pesquisa, através da rede de assistência social, ganhei proximidade às colegas do Serviço de Atendimento à Família (SAF), serviço executado pela instituição Sempre Mulher, localizada no bairro Sarandi em Porto Alegre. Por ser um local que presta atendimento a famílias que residem em um território distante do CRAS, tem uma equipe técnica composta por uma psicóloga e uma assistente social que executam atendimentos conforme prevê a política pública de assistência social. Através do SAF me aproximei das mulheres que participaram da pesquisa.

A seguir farei o relato sobre o processo de aproximação para a realização das entrevistas e como aconteceram com as duas mulheres, no formato passo a passo, bem como o quanto o território onde eu trabalhava na época e as articulações feitas contribuíram para esse processo.

Durante os encontros realizados em 2018, entre as mulheres negras haitianas que participaram da pesquisa, minha proximidade maior foi com a Pascale Maurice, conversávamos bastante via Whatsapp eu sempre curti as publicações dela no Instagram. No dia 24/01/2020 Pascale e seu esposo me concederam uma entrevista na sua casa, expliquei o quanto seria importante a entrevista para a minha pesquisa, e também porque tenho interesse em saber um pouco mais sobre o Haiti e a trajetória de vida dela. A agente de saúde Claudia me acompanhou, tendo sido uma grande parceira em todo esse processo, auxiliando na aproximação das famílias e também por conhecer a região.

A outra entrevistada foi Daphine Deravine. A aproximação foi completamente diferente, já que conheci Daphine Deravine através de duas colegas de trabalho, que em uma reunião de equipe trouxeram a situação crítica de uma haitiana que recentemente teve gêmeas - tratava-se das filhas de Daphine. Ela trabalhava em outro município, no interior do estado, mas devido a problemas de saúde apresentados durante a gestação, precisou ser afastada pela equipe médica, retornando para Porto Alegre para assim seguir em acompanhamento médico. Mas as colegas foram em busca de algo mais na reunião, quase um pedido de socorro para minimamente atender as necessidades da usuária do serviço, entre as demandas verbalizaram o pedido de Daphine de trazer os filhos para o Brasil, e a regularização da situação no trabalho. No entanto, o que despertou meu interesse em conhecer essa mulher e de alguma maneira tentar auxiliar

naquele momento, foi como pesquisadora, mulher negra, mãe da Suellen e do Lorenzo, muito mais do que como assistente social.

Durante a reunião, as colegas verbalizaram que uma das dificuldades era de entender o idioma falado por aquela mulher, sendo que ela não era a única que acessava o serviço na época, mas algumas tinham intérprete, outras falavam minimamente o português. Daphine não, e embora em alguns momentos durante os atendimentos técnicos na instituição ela estivesse acompanhada de uma intérprete, também haitiana, a complexidade que envolvia a situação era grande, a ponto de levarem para a reunião de equipe.

Estamos falando de mulheres negras assim como eu e como muitas que acessam a Política Pública da Assistência Social naquele território e reforço que somos a maioria na busca pelos benefícios ofertados. A instituição trabalha em uma perspectiva que aborda a temática racial, com projetos sociais direcionados para as mulheres e jovens negras e não negras, atende a população de um modo geral. No entanto, por terem conhecimento sobre meu tema de pesquisa perguntaram se eu tinha algum conhecimento ou sabia como auxiliar. Lembrei que recentemente eu havia me inserido no grupo de Whatsapp Imigrantes do Sul, hoje o nome mudou para Rede Migração RS, cheguei até o grupo após comentar com uma colega de profissão que eu estava estudando sobre o processo migratório no RS, especificamente na cidade de Porto Alegre.

Diante do mencionado pelas colegas e também por neste momento eu estar realizando esse estudo como pesquisadora, vislumbrei que seria possível auxiliar Daphine em um momento delicado como este em que necessitava de cuidados, acolhimento e a espera de uma possível resposta para a vinda dos filhos que no Haiti ficaram. Então, falei sobre o grupo do Whatsapp que estava fazendo parte e sobre a rede recentemente firmada, mencionei a existência do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – GAIRE, Serviço de Assessoria Jurídica e Universitária na UFRGS, redes importantes para trabalhadores, pessoas que estão à frente de uma política pública como a assistência social saberem da existência e os possíveis encaminhamentos a serem feitos para a população imigrante atendida nos territórios e que estava crescendo cada dia mais.

Sendo assim, combinei de estar na instituição em determinado dia e horário para conhecer e ouvir o que Daphine tinha a dizer e de alguma maneira tentar auxiliar. A equipe técnica realizou contato e no dia e horário combinado ela estava lá com as duas meninas ainda muito pequenas, na época com dois meses. Entrevistei a Daphine três vezes, as duas primeiras aconteceram na instituição, mais em relação ao trabalho e o que poderíamos fazer enquanto política pública. Durante sua fala, observei a angústia e tristeza no olhar dela, primeiro por estar

longe dos filhos e familiares que ficaram no Haiti, ao mesmo tempo, estava triste por ter familiares no Brasil e não manter contato. Daphine tem uma irmã, primos e sobrinhos, todos moram em Gramado, município onde trabalhou logo que chegou no Brasil.

3.1 Experiências migratórias e dinâmicas de gênero e raça

Falar sobre a mulher negra imigrante haitiana é tentar compreender o lugar dessa mulher na sociedade, no país de origem, e no país escolhido para morar, local desconhecido e com muitos desafios a serem enfrentados. No entanto, é importante pensarmos se essa escolha ocorreu na perspectiva de tentar melhores condições de vida, e aí falamos na situação financeira já visualizando a inserção no mercado de trabalho e acesso a políticas públicas. Outro fator importante de ser questionado é a relação com os familiares que lá ficaram; os/as filhos/as, como está o sentimento dessa mulher em relação aos filhos? E o companheiro, o que pensa sobre essa relação?

Vamos iniciar contando o processo migratório de Pascale, 25 anos, que chegou no Brasil no dia 9 de dezembro de 2015. Ela é casada com André e são pais de Lucas, que nasceu no Brasil e estava com 2 anos na época da realização da entrevista.

Pascale morava na República Dominicana, onde permanece a mãe e os três irmãos. Quanto a seu pai e irmãs (estas por parte de pai), todos moram no Haiti. Seus pais se separaram quando a mãe estava com três meses de gestação. Em relação à mãe, Pascale relata que ela assumiu sozinha os cuidados com a filha desde a gestação, sempre trabalhou como vendedora, em empregos informais, e até os dias atuais vende roupas em um brechó. Pascale fala sobre a relação com a mãe, disse que sempre foi uma relação permeada de muito carinho e respeito em relação à figura materna, pouco fala sobre a relação com o pai e os irmãos, mas enfatiza que a mãe sempre foi uma mulher trabalhadora, e que economicamente não tinha muitos problemas. Mas conta que quando era criança morou por um tempo com o pai, por uns três anos e, como ele tinha mais quatro filhas, ficava mais difícil dar conta de necessidades básicas como comprar material escolar, por exemplo. Com a mãe não tinha esse problema, já que ela sempre trabalhou “fora”, fazia o possível e impossível para dar conta dessas necessidades mais emergenciais. E nesse processo, mesmo estando separada do pai de Pascale, e ele já ter constituído outra família, a mãe o auxiliava economicamente para mesmo que minimamente atender as necessidades das filhas, irmãs de Pascale. Durante esse momento, Pascale traz algumas memórias de infância, a boa relação com as irmãs, sempre gostou muito delas e brincavam bastante. Sobre a infância, Pascale tem lembranças boas. Fala da família extensa, todos permanecem no Haiti.

Sobre escolaridade, ela diz que não completou o ensino Médio, mesmo com o esforço da mãe em pagar os estudos, não conseguiu concluir. Pascale fala que sempre foi “rebelde” e aos 16 anos teve a possibilidade de fazer curso de manicure e cabeleireira, a partir desse momento sempre trabalhou e a vontade de vir para o Brasil foi para conseguir emprego e trabalhar nessa área, fazendo o que gosta. Ela ressalta a importância da decisão de vir para o Brasil: “a gente sempre vê como um país bom que podia crescer, se formar economicamente, e profissionalmente, em todos os sentidos a gente sempre pensa quando viaja a um país mais evoluído que o nosso, a gente pensa em coisas boas” (MAURICE, 2020).

Ela e seu esposo André, homem negro de 35 anos, se conheceram no Haiti. Após alguns anos de namoro ele decidiu vir para o Brasil, na busca oportunidades e melhores condições de vida. Prometeu a Pascale que retornaria para buscá-la assim que conseguisse emprego e se estabilizasse financeiramente. Ele chegou ao Brasil em 2014, firmou residência em Porto Alegre, conseguiu emprego como auxiliar de serviços gerais em um dos shoppings maiores da cidade, no qual permanece trabalhando. Em 2015 convidou ela para vir morar no Brasil, aqui casaram e constituíram família com o nascimento de Lucas.

Em relação a emprego, Pascale verbaliza sempre ter trabalhado como cabeleireira, e que o esposo sempre deu todo o apoio ajudando e entregando currículos em vários salões no shopping onde ele trabalha. Ela conseguiu emprego em um dos salões e permanece trabalhando no local há 4 anos. Podemos entender que esse vínculo estabelecido pelo marido para a inserção dela no mercado de trabalho foi um facilitador em termos de posição social no Brasil. Ela conseguiu se desenvolver na sua profissão e ter um vínculo de trabalho duradouro. Isto se diferencia de outros relatos de mulheres haitianas, tanto da nossa pesquisa, quanto de estudos que investigam esses processos.

Sobre a questão da língua, pergunto como foi a experiência: “eu não falava português, mas como falava espanhol aí eu conversava em espanhol com as pessoas e como espanhol é parecido com português as pessoas me entendiam” (MAURICE, 2020). Vemos que o fato dela ter sido socializada no espanhol por ter morado na República Dominicana facilitou bastante a sua comunicação inicial, chamando a atenção da importância dessa proximidade linguística para sua inserção laboral.

Abordo como as relações de gênero aparecem no relato de Pascale. Ao perguntar a ela sobre as diferenças Brasil/Haiti e como o casal se relaciona e as adaptações aqui, Pascale fala sobre a influência da religião e o quanto no Haiti as mulheres respeitam e são submissas ao homem, vendo-o como o chefe da casa, que decide tudo. As mulheres em sua maioria ficam em casa, cuidando das tarefas da casa e dos filhos. Sobre a relação com o esposo, relata:

Da minha parte ele vai falar que eu não respeito ele. A mulher haitiana costuma respeitar muito o marido e a gente tem essa parte de ser séria, de não trair, de não ser infiel, a gente tem muito esse costume, então, por causa disso não tem tanto feminicídio, como a mulher respeita o homem e não vai trair, a gente também vai muito na igreja e a igreja ajuda muito nessas coisas. E por eu ser essa mulher independente, por outro lado é bom pra ele, é bom pra mim também, é bom pra sociedade, eu procuro fazer tudo, procuro fazer todas as minhas coisas, tipo eu não espero nada dele, procuro trabalhar, procuro meu dinheiro, procuro cuidar do meu filho, procuro cuidar da minha casa, tipo tudo o que era pra ele fazer pra mim, tipo no costume de haitiano eu faço sozinha, ele não tem nenhum problema comigo, não sei dessa parte de eu ser mulher forte, de caráter meio forte, então ele não tem problema nenhum comigo, porque eu procuro fazer minhas coisas. Não dependo dele sou bem independente, eu sou assim, e eu acho que ele também tem essa vontade (MAURICE, 2020).

Essas vivências podem ser relacionadas ao pensamento de Oyèrónké Oyěwùmí. A autora nigeriana nos traz, a partir de uma crítica ao feminismo ocidental, que gênero é visto como o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão da família nuclear. A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca fica fora do domicílio: “[c]omo um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 5). Embora existam diversas formas de família não-generificadas, tanto no continente africano como também podemos estender a outras sociedades pós-coloniais, a autora faz uma crítica ao sistema de gênero imposto pelo regime colonial racista e opressor, evidenciando fortemente o papel da mulher negra a partir do neocolonialismo, como dona de casa, protetora dos filhos, submissa ao homem, aquela que se dedica aos cuidados com o companheiro, carregando todas as responsabilidades, assumindo todos os compromissos e esquecendo de cuidar de si mesma e do quanto é importante dar e principalmente receber carinho e afeto.

Vemos no caso de Pascale que tem uma valoração da sua autonomia financeira e nos cuidados da vida familiar, que não dependem do marido. Interessante que o marido parece ter uma percepção ambígua desse fato, tanto referido por ela (“da minha parte ele vai falar que eu não respeito ele”), quanto pelo próprio André. Cabe notar que Pascale foi a única das mulheres haitianas que participaram nos primeiros encontros que veio com o marido. Na entrevista na casa dela, o marido esteve presente e também falou da sua experiência migratória. Quando referiu à autonomia de Pascale, ele falou “eu me sinto dormindo com um homem”. Nesse sentido, entendemos certos valores e imagens de feminilidade e masculinidade que permeiam as relações de gênero entre os casais haitianos.

Seguindo nos apontamentos em relação às experiências migratórias, a seguir abordarei os relatos de Daphine em relação a este processo e como foi e está sendo a vida no Brasil.

A entrevista com Daphine ocorreu em 13 de março de 2020 em sua casa localizada na zona norte de Porto Alegre. Daphine estava com as filhas em casa, conforme combinamos, já a minha espera. Foi uma conversa agradável, mais tranquila se compararmos às duas conversas que tivemos anteriormente. Iniciei perguntando o que motivou a vinda para o Brasil, se veio sozinha ou acompanhada de familiares e a quanto tempo está no país. Daphine inicia falando da saudade dos filhos e familiares que permanecem no Haiti. A família mora em Saint-Marc, cidade que fica a uma hora ou uma hora e meia da capital Porto Príncipe. Daphine chora ao falar sobre a falta de apoio financeiro para trazer os filhos para o Brasil e o quanto se sente mal por não estar em condições de ajudar financeiramente:

Em Haiti, só me faltava serviço. Aí, se a gente quer trabalhar, não tem. Tem que buscar fazer o comércio, comprando em um lugar para vender a outra pessoa. Às vezes, a gente sai para comprar e os ladrões roubam o dinheiro. Aí, a gente fica sem ter nada para fazer. Assim, eu estava passando dificuldades. Eu comecei a fazer serviços domésticos, lavar e passar roupas, limpar casas e também às vezes nos hotéis. Eu estava ganhando dinheiro, mas não era suficiente para eu cuidar dos meus filhos. É por isso que eu decidi vir para o Brasil para buscar uma vida melhor (DERAVINE, 2020).

Diferente de Pascale, Daphine não completou o ensino fundamental. Tornaram-se visíveis durante a fala as dificuldades vivenciadas por ela, sejam financeiras e/ou emocionais, desde a infância. Estas questões pareciam mais tranquilas para Pascale, em relação à sua família, principalmente à sua mãe. Segundo narra Daphine, a sua mãe faleceu quando ela tinha 13 anos, tendo como referência a figura materna, por mais que o pai tenha sido afetuoso e muito dedicado às filhas. A família de Daphine é composta por ela, duas irmãs e o pai, sendo que uma irmã optou por vir para o Brasil na busca por melhores condições de vida. Essa irmã mora na cidade de Gramado, lugar onde Daphine foi morar logo que chegou ao Rio Grande do Sul, e conseguiu emprego em uma fábrica permanecendo por um período curto, aproximadamente 1 ano.

O processo migratório de Daphine foi diferente do de Pascale, desde o planejamento, embora o objetivo fosse o mesmo: migrar por melhores condições de vida. O que aproxima as duas mulheres negras participantes do estudo também é a vontade de superar os problemas e dificuldades vivenciadas no país de origem. No entanto, durante as entrevistas me chama atenção os olhares e mais uma vez a diferença nas expressões entre elas. Em Pascale, durante os momentos em que estivemos juntas, iniciando pelos encontros com o grupo em novembro de 2018 até o dia do encontro em sua casa, era visível o brilho no olhar na devolutiva das perguntas, e no relato sobre o que estão planejando e pensando para o futuro da família e a possibilidade de visitar os familiares que permanecem no Haiti. Em nenhum momento Pascale demonstrou tristeza, embora saudades sim, muitas.

Em relação à família, Daphine realta: “meu pai tem 66 anos. Ele está agora enfermo. Está com problema na próstata, mas ele está melhor. Quando eu falei com ele, ele me disse que está com saudade e eu também. Eu não tenho mãe. Estou com muita saudade do meu pai” (DERAVINE, 2020). O pai e as irmãs são as referências familiares mais fortes que Daphine tem na atualidade, e cresceu ouvindo do pai o que deveria fazer, como se comportar, aprendeu a obedecer aos homens e que tudo o que dissessem era o que deveria fazer, sem reclamar ou mesmo questionar.

Daphine diz que quando chegou no Brasil, foi para a cidade de Gramado, viajou sozinha porque a irmã e primos já estavam morando lá, esperando por ela. Chegou ao Brasil no dia 21 de fevereiro de 2019 e começou a trabalhar em maio do mesmo ano em uma fábrica de móveis, no mesmo município.

Daphine verbaliza que tem muitos haitianos trabalhando na fábrica e que as condições de trabalho não são boas:

A gente começa a trabalhar às 7 horas e às 11:30 horas, a gente vai para casa para almoçar. Antes das 13:00 horas, veio um ônibus buscar os trabalhadores para voltar para a fábrica. Se o ônibus passa e a gente não está na parada, a gente paga ônibus para ir porque ele não vai voltar para buscar ninguém (DERAVINE, 2020).

Diante da fala de Daphine, percebe-se a falta de comprometimento com as leis trabalhistas, e um desrespeito com os trabalhadores de um modo geral, mas quando se trata de imigrantes, e principalmente negros, o desrespeito aumenta e, por chegarem a um país desconhecido, precisando se inserir no mercado de trabalho, a maior parte desses imigrantes negros se vê obrigada a se sujeitar a qualquer tipo de contratação, mesmo tendo uma qualificação de nível superior.

Estudos nos mostram o quão frágeis são os direitos trabalhistas, e as dificuldades passadas por homens e mulheres quando são empregadas em empresas, por exemplo, de abate de frango, no interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, com condições ainda piores para as mulheres. Muitas dessas atividades são marcadas pela precariedade e pela ausência de um vínculo formal no mercado de trabalho (BOYD, 1998; PARELLA, 2003; SOLÉ, CAVALCANTI e PARELLA, 2011; PEDONE, 2003; CAVALCANTI, OLIVEIRA E TONHATI, 2015 apud CAVALCANTI, 2015).

Em estudo realizado em Mato Grosso (FERREIRA, 2019), são analisados os impactos do processo migratório de haitianos em relação à inserção no mercado de trabalho, que está relacionado à situação vivenciada por Daphine. A própria ordenação jurídica e o processo de trabalho no qual se insere os constituem como “sujeito migrante” reiteradamente. Conforme a autora: “O imigrante haitiano movimenta sentidos num processo de significação desencadeado

pela presença em um novo espaço, atravessado por silêncios, historicidade, trabalho social, medidas de acolhimento e inclusão, subjetivando-se na posição sujeito migrante haitiano” (FERREIRA, 2019, p. 102).

É apontado, a partir dos dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que os imigrantes estão nos extremos do mercado de trabalho: tanto na base, quanto no topo, considerando que muitos estão alocados em trabalhos pesados, como, por exemplo, nas fábricas de conservas, nos abatedouros de carne e de frango, na construção civil, entre outros. Estas atividades se caracterizam por serem exercidas em condições duras e difíceis, que os trabalhadores locais evitam realizar. Observa-se também que há uma carência e uma necessidade de profissionais altamente qualificados, como, por exemplo, nas áreas de biotecnologia, infraestrutura, saúde (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015).

Após mencionarmos os estudos acima, seguimos com o relato de Daphine sobre a rotina de trabalho na empresa. Daphine trabalhou por um período na empresa até descobrir que estava grávida das filhas. Tudo aconteceu muito rápido, desde o reencontro com o atual companheiro e as desavenças familiares. Em relação a convivência com a irmã e familiares, todos tinham uma boa relação até envolver a questão financeira. Daphine tem uma dívida com a irmã, dinheiro emprestado para pagar os custos da vinda para o Brasil, e isso tornou tensa a relação. Esses são os arranjos familiares, organizados entre eles na tentativa de auxiliar, ajudar os familiares que lá estão, mas nem sempre é possível cumprir. Certo dia, em um atendimento técnico no CRAS, ouvi de uma mulher negra haitiana sobre o que envolve o processo migratório e suas consequências: “A gente vem para o Brasil e quando chega tem que ajudar o irmão, familiar que quer vir também, mora todos na mesma casa até ter condições de se separar, é assim que as coisas funcionam, é assim que tem que ser”.

Larissa Cykman de Paula (2017) analisa o processo migratório e como acontece o agenciamento quando falamos nos filhos que permanecem no Haiti. As mulheres que possuem filhos e migram, antes de partir, organizam uma estratégia para deixar os filhos com avós, outras familiares ou ainda amigas ou conhecidas que receberão dinheiro para cuidar das crianças. Isto aparece de maneira diferencial em relação aos homens que migram sem sua família, entre os quais não se observou essa preocupação. Já as mulheres não migram sem antes organizar essa relação familiar (PAULA, 2017).

Ainda sobre a autora, além desse arranjo “que possibilita uma estrutura familiar na qual a pessoa possa sair do seu país, esse momento inicial da migração conta com o planejamento das rotas que serão percorridas, dos recursos econômicos e das redes que auxiliarão até a chegada ao local de destino” (PAULA, 2017, p. 64).

A fala de Daphine nos remete ao conceito de Diáspora que, conforme Joseph Handerson (2015), se refere a uma experiência familiar e de sociabilidade, a estruturas familiares extensas haitianas que se estendem no espaço transnacional e são centrais na configuração da morfologia social da diáspora.

Por esse motivo Daphine disse durante a entrevista que ficou triste, muito triste e chorou quando a irmã que está no Haiti gerindo os cuidados com os filhos que lá permanecem falou via contato por telefone: “Como você consegue comer e seus filhos passando fome?”. Daphine chora muito quando faz essa fala, disse que se estivesse trabalhando seria diferente, o atual companheiro ajuda com o que pode, mas não é o suficiente para prover os gastos que são muitos no país de origem.

Joseph Handerson (2015) explica que o fato de ser diáspora implica, principalmente do ponto de vista dos que ficam e das expectativas dos que saem, possuir dinheiro, ser uma pessoa bem-sucedida economicamente. Boa parte da economia do Haiti é mantida pelas remessas da diáspora. Nesse sentido, diáspora é uma experiência familiar e de sociabilidade, para os haitianos a configuração da diáspora acontece da seguinte forma: “os que permanecerem no Haiti deixarão de ser *diáspora*, do ponto de vista dos residentes no país. Mas, depois de um tempo, se voltarem a residir em outro lugar, quando retornarem para o Haiti mesmo que seja por pouco tempo, serão considerados novamente *diáspora*” (HANDERSON, 2015, p. 61, grifos do autor). Essa é a vontade de Daphine, trazer os filhos para residir com ela no Brasil.

Sobre as questões familiares e de gênero pergunto a Daphine sobre a infância, diz não ter boas ou muitas lembranças. Pergunto sobre relacionamentos anteriores. Ao falar sobre o relacionamento com o pai dos filhos, do primeiro e do mais novo atualmente no Brasil, Daphine ressalta que, enquanto ele estava no Haiti, auxiliava nos cuidados com os filhos, depois que se casou novamente, não auxiliou mais nos cuidados e nem procurou mais os meninos:

ela [a nova esposa] não quer que ele cuide dos filhos, então eu tenho que mandar dinheiro para eles. Nós separamos por causa da mãe dele. Ela tem só ele como filho. Ela não quer me ver. Ela disse que duas pessoas que não têm dinheiro não podem viver juntas. Ela quis que ele pegasse uma mulher que tem dinheiro. Ele é o amor de minha vida. Eu tive dois filhos com ele: o primeiro foi morto, mas, o segundo está vivo. Ele tem 19 anos e mora com meu pai. Ele [marido] me tratava bem, mas me agredia fisicamente como, por exemplo: briga de casal. Se a mãe estava ali, ele me batia, senão, tudo saía bem (DERAVINE, 2020).

Podem-se perceber relações de gênero permeadas por desigualdades e que articulam uma relação tensa entre as mulheres da família extensa, na tentativa de resolver arranjos do marido com esposa e filhos. Interessante que Daphine culpabiliza a sogra e a atual esposa de alguns comportamentos do ex-marido, e o define como “o amor da minha vida”, mesmo ele sendo apresentado como agressor dela de diversas maneiras. A fala de Daphine nos traz uma

masculinidade exercida de maneira violenta sobre as mulheres. As masculinidades podem ser entendidas em uma dinâmica de gênero que reproduz um modelo hegemônico de “ser homem”, mas que distribui de maneira desigual os benefícios do patriarcado entre os próprios homens, ao levar em consideração os marcadores sociais como os de classe e raça, entre outros (VIVEROS-VIGOYA, 2018).

Daphine menciona que quando decidiu se separar do pai do filho, já estava com outro homem, e esse também a maltratava, mas ela disse que sempre o tratava bem.

Como todas as mulheres, eu tinha que lavar suas roupas e cuidar dele, mas ele trazia outras mulheres dentro de casa quando fui trabalhar. Isso me dava muita dor e sempre eu chorava. Nesse tempo, eu estava vivendo com o pai dos meus filhos. Não queria pagar duas casas. Como que eu amo meu marido e eu tinha dinheiro, aluguei uma casa para vivermos juntos. Um dia, a mãe dele levantou sua roupa e a colocou sobre sua cabeça e começou a me dizer palavras grosseiras. Eu chorava muito e eu não respondia nada até um momento que ela chegou a citar o nome da minha mãe e eu falei para ela: “Não fala da minha mãe. Ela está morta e ela não está falando contigo” (DERAVINE, 2020).

Ela refere ao seu papel de cuidadora naturalizado como sendo das mulheres. Voltamos a trazer Oyěwùmí (2004) ao nos lembrar o quanto o colonialismo persiste na modelagem das relações conjugais nas sociedades pós-coloniais, estando a mulher ao serviço do seu esposo e de todas as responsabilidades na família nuclear generificada.

Diante da fala de Daphine, é importante ressaltar que o corpo é composto por crenças e sentimentos presentes desde a origem da vida, marcado por sentidos e valores sociais impostos pela sociedade, e que seguimos sem nunca questionarmos. Pensando no passado histórico marcado pela escravização e desumanização do negro sendo um forte impedimento para a construção e fortalecimento da individualidade social.

Pergunto a Daphine como acontecem as relações entre homens e mulheres no Haiti, se as agressões físicas são constantes. Daphine responde:

Tem homem que não bate na sua mulher, no Haiti você tem que obedecer porque sempre o homem é cabeça da família. Não decide só decidimos juntos, mas tem que obedecer a alguma coisa, tem diferença. Eu vejo que as mulheres são mais maltratadas aqui no Brasil. No Haiti, as mulheres são maltratadas, mas, elas não são mortas assim. No Haiti, muitos homens deixam os filhos para só as mulheres cuidam quando separam delas. Aqui no Brasil, a mulher pode ir na justiça para fazer o homem pagar pensão para cuidar do filho, mas, no Haiti, isso não existe (DERAVINE, 2020).

Daphine lança um olhar crítico às mulheres brasileiras quando fala sobre a busca por pensão alimentícia:

As mulheres haitianas não vão pedir dinheiro. Eu não pedi. Por exemplo: a mulher pode pedir a alguns parentes dela para vender uma coisa para fazer algo para cuidar dos filhos. Eu tenho dois filhos; um de 19 anos e o outro de 11 anos que o pai não cuida deles. Sou pai e mãe deles. Nunca pedi para o pai deles. Muitas pessoas me dizem de ir para polícia para ele, eu digo não. Cada semana tem que mandar dinheiro também para o filho de 6 anos mesmo que seja R\$ 100 ou R\$ 50 como eu posso (DERAVINE, 2020).

Ainda sobre esse assunto Daphine verbaliza: “Mas aqui, eu vivo com meu marido. Ele não gosta que eu tenha muitos amigos”. Sobre as agressões, Daphine menciona:

Isso não é comum, mas, acontece. Como aqui, tem homem bom e também homem mau, quando uma mulher não quer viver mais com um homem. Ele dá pau nela, a maltratava e a deixa e não a persegue. Às vezes, a mulher deixa a casa ou o homem pode sair. Quando a mulher não quer viver mais com um homem e tem como pagar uma casa, ela deixa a casa. Eu sempre saio, eu não deixei o homem sair (DEERAVINE, 2020).

Após a fala de Daphine, se percebe o quanto a relação estabelecida com o atual companheiro é muito parecida com o primeiro relacionamento e para ela romper esse ciclo de violência aparentemente é muito difícil. A relação entre mulher negra e homem negro (já que estamos falando sobre haitianos) influencia ideais, questões estéticas, em que os “corpos negros” são atravessados por olhares de desconfiança, discriminação e inferioridade, se tornando um marcador da distribuição de renda, acesso a saúde, moradia e privilégios, colocando o homem no topo da pirâmide social, visto que, conforme relatos feitos por nossas entrevistadas, o homem decide, ele é o chefe da casa, a mulher deve cuidar da casa e dos filhos.

Conforme Djamila Ribeiro fala em uma entrevista para o portal Geledés¹⁴: “O corpo da mulher negra não é dela. Essa a sensação que carrego desde muito cedo”. Nossa situação é bem exemplificada pela frase “Nós carregamos a marca”, de Luiza Bairros, referida na mesma entrevista. Essa marca que carregamos, fruto de violência, é mascarada pelo mito da democracia racial, o que faz com que se ignore ou romantize o problema. Entende-se que tal condição é fruto das relações de dominação colonial.

Em relação ao atual companheiro, Daphine menciona que já o conhecia no Haiti, o reencontro aconteceu no Brasil. Ele tem 37 anos. “Eu o encontrei na casa de um amigo quando eu vim fazer meus documentos aqui em Porto Alegre. E daí juntamos pela segunda vez. Mesmo assim, eu fiquei morando em Gramado e eu vim para Porto Alegre cada final do mês. E foi assim que eu fiquei grávida dele” (DERAVINE, 2020).

3.1.1 Os atendimentos em saúde e as experiências de parto

Segundo Laura López (2015), torna-se relevante entender não só a incorporação das desigualdades sociais, mas também a incorporação da história. Isto é, a inscrição do passado nos corpos, em uma dupla dimensão: objetiva e subjetiva. Nesta perspectiva, analisarei como os serviços de saúde no Rio Grande do Sul acolhem ou excluem essas mulheres, visto que seus

¹⁴ Entrevista publicado em: <<https://www.geledes.org.br/o-corpo-da-mulher-negra-como-pedaco-de.-carne-barata/>>. Acesso em 07/09/2020.

corpos falam, não somente por estarem em constante movimento na busca por atendimento, mas principalmente na conquista por respeito e reconhecimento como pessoa, mulher e cidadã de direito.

Pascale conta como foi o processo de nascimento do filho Lucas, que nasceu pelo SUS numa maternidade de Porto Alegre. Ela relata que o parto nunca é tranquilo, e o dela foi bem difícil, mas que no final “deu tudo certo”. Seu filho nasceu através de uma cesárea e ela conta que teve complicações por não ter cicatrizado bem, no local onde levou os pontos acumulou sangue, e durante o período que ficou em casa e antes de retirar os pontos, observou que tinha muito sangue.

Quando retornou ao hospital para a retirada dos pontos, a médica que fez o atendimento, a encaminhou para a emergência do Hospital Conceição para fazer uma limpeza no local onde fez a cesárea. Pascale disse ter achado “estranho” o procedimento, e pelo fato de serem médicos, deveriam saber se tem ferida e que não estava bem cicatrizada, principalmente por ser um corte de cesárea. A dor que sentia era muito forte, reclamou que a médica não deu anestesia e realizou todo o procedimento: “costurou, apertou, tudo sem anestesia, eu gritava de dor, foi bem difícil” (MAURICE, 2020).

A fala de Pascale vem ao encontro do depoimento das mulheres negras imigrantes Haitianas participantes do estudo de Vieczorek (2020), sobre o atendimento na cidade de Cascavel/PR. Quando essas mulheres respondem à pergunta de como correm os atendimentos à saúde no Brasil, a resposta resume-se a “foi tudo bem”, ou ainda “aqui é bom”, em referência ao que as mulheres identificam no Haiti como dificuldade de acessar os serviços públicos. Porém, aprofundando as falas geralmente aparece a insatisfação sobre a dificuldade na comunicação, e tal situação acontece tanto no acesso à saúde como na assistência e educação, a dificuldade em entender e verbalizar o idioma local associada à falta de sensibilidade de alguns profissionais e o não entendimento sobre o direito de acessar as políticas públicas, ocasiona na maioria das vezes o abandono ao tratamento de saúde. No caso de Pascale, as falhas de comunicação tiveram impacto no seu corpo e autocuidado, assim como produziram muita dor, que foi incompreendida ou ignorada pela profissional da saúde.

Seguindo na perspectiva de Vieczorek (2020), no caso das haitianas, o vazio de um olhar intercultural para o puerpério e para a maternidade nos primeiros meses do bebê por parte dos profissionais da saúde se torna mais problemático ao estarem distante das redes familiares e comunitárias como parte da experiência migratória. Como foi expresso pelas entrevistadas, a maternidade é uma atividade cercada de mulheres próximas para cuidar e dar suporte.

Por ser a primeira gestação e principalmente por estar longe dos familiares, Pascale relata sobre a falta que sentiu da mãe nesse momento, que foi imensa, embora o esposo seja muito dedicado e atencioso, nunca será a mesma coisa. A partir de Vieczorek (2020) entende-se que o sentimento é o mesmo em todas as entrevistas, sobre ter filhos longe dos familiares, principalmente da mãe em um país desconhecido. O cuidado dos maridos também apareceu nesse estudo, e vale a pena destacar o aspecto positivo de conformar novos tipos de redes de cuidado que incorporem os homens.

Durante a gestação Pascale fez o pré-natal pelo convênio de saúde, na assistência pública fez as vacinas e depois o parto. Em relação às Unidades de Saúde, Pascale fala sobre os atendimentos, disse não ter sido bem atendida, e de toda a burocracia para conseguir consultar, sobre os horários de atendimentos, e que é necessário estar de madrugada na fila e nem sempre consegue consulta, menciona a exposição durante a madrugada, e os riscos que corre ficando na fila aguardando a abertura do posto, o que ainda não garante que irá conseguir a ficha e então o atendimento médico. Menciona os conflitos na comunidade onde mora, por ser uma região onde tem gangues rivais e disputa pelo tráfico. Diante de tantas incertezas, optou por usar convênio de saúde, o esposo trabalha em uma empresa que oportuniza esse acesso aos funcionários, e na maioria das vezes fazia uso do convênio.

Ao falarmos de acolhimento e bem viver durante o período de gestação e pós parto, precisamos lembrar da importância desse momento na vida das mulheres que escolheram ser mães, de ser a passagem de outro ser para esse mundo. Neste sentido, Anelise Vieczorek consegue abordar em algumas palavras a situação e sentimentos vivenciados por essas mulheres em um país desconhecido: “Para as imigrantes, essa situação é ainda mais delicada, por se tratar de outros contextos culturais, de desconhecer o sistema hospitalar e, muitas vezes, não compreender o idioma” (VIECZOREK, 2020, p. 114).

Em relação aos sentimentos e insegurança durante esse processo, Pascale e Daphine fazem o mesmo relato trazido pela autora anteriormente citada, a qual questiona quais são os sentimentos e preocupações da entrevistada Marjorie, por estar grávida e longe da família.

Ela relata que a forma de cuidar dos filhos aqui é diferente do Haiti: “Sim, me preocupava e ainda me preocupa. Porque lá eu tenho muita gente, minha família, que pode me ajudar a fazer tudo. Mas como que desde no início, que eu estava muito mal, mal, fui eu que tem que fazer tudo! Isso foi difícil! Ainda não é fácil! Mas não é pelo bebê, mas pelas coisas que eu estou fazendo esforço para fazer. Mas pelo bebê eu tô feliz”! Ela está grávida de um menino, que irá se chamar Don Kerry Jean (VIECZOREK, 2020, p. 114).

Peço para Pascale relatar sobre as conversas que tem com o filho Lucas sobre a nacionalidade e os familiares que estão no Haiti. Pascale diz que conversa em creole com o

filho para que ele saiba sobre sua cultura e origem e quando faz chamada de vídeo com a mãe e familiares no Haiti sempre fala em creole com o filho:

Ele repete, e ele já sabe alguma coisa, um dia chegou uns haitianos aqui, parentes nosso, e ele falou em creole pra eles, entra, entra, a gente não esperava porque, a gente fala com ele, mas criança a gente sempre acha que eles não sabem nada, aí eles sabem mais do que a gente, daí ele falou pra eles, entra, entra, em creole, eu achei isso muito legal, daí eu vi que ele estava absorvendo tudo o que a gente fala, tudo o que a gente faz, a comida tudo, mesmo que ele nasceu aqui, vive aqui, vai na creche aqui, faz tudo aqui, ele vai ser metade haitiano, metade brasileiro e eu acho isso muito legal, e eu sempre vou falar pra ele, de Haiti, de nossa cultura, de tudo, sempre eu vou passar pra ele minha raiz, do pai dele, meu, tudo (MAURICE, 2020).

Sobre o acesso de Daphine as Unidades Básicas de Saúde e Hospitais, nos municípios de Gramado e Porto Alegre durante o período de gestação, Daphine fala que o período de gestação foi preocupante. Quando soube que estava grávida, sentia muitos enjoos e não sabia que estava gestante, e nem que eram gêmeas, duas meninas, relata que vomitava demais no trabalho e que alguns colegas a olhavam com indiferença, desprezo e em alguns momentos “nojo”:

Um dia, uma brasileira viu que eu estava vomitando sangue e caí, chamou o gerente de trabalho. Seis pessoas me levantaram e me colocaram em uma mesa. Depois, me levaram para o hospital. Eu estava perdendo líquido e o médico me disse que se eu continuei trabalhando eu perderia o bebê. Ele disse que eu tinha que pegar quinze dias de folga, mas a empresa me deu quatorze dias e eu vim para o Porto Alegre para ver outro médico (DERAVINE, 2020).

Daphine relata as dificuldades encontradas durante o pré-natal, por não entender o idioma local, e por estar longe dos familiares, do país de origem e que, mesmo com todas as dificuldades mencionadas por ambas durante a entrevista, Daphine teve 3 gestações anteriores e todos os filhos nasceram no Haiti, onde teve todo o apoio e presença dos familiares. Ela diz: “quando eu cheguei ao posto de saúde, minha pressão estava muito alta e me mandaram para o hospital Fêmina. O médico me disse que eu tinha risco de ter aborto e de eclampsia” (DERAVINE, 2020).

Neste ponto falamos sobre a hipertensão arterial e o risco de morte materna, prevalente nas mulheres negras, o quanto é importante e necessário que equipe técnica, médicos e enfermeiros estejam atentos às especificidades de cada população, ter sensibilidade em falar uma linguagem acessível e de fácil entendimento. No entanto, sabemos que em relação à população pobre e negra as coisas acontecem de maneira diferente, e sendo imigrante é mais difícil, atrelado a essa situação, tem toda uma questão que visibiliza a fragilidade, por ser um momento delicado, especial onde nós, mulheres nos tornamos mais sensíveis e necessitamos de muito carinho, atenção e acolhimento. Se tratando do Brasil, mais especificamente a região Sul,

a situação se torna mais complicada pela a população negra estar em menor número e a branquitude permear os olhares para toda a população.

Daphine conta que recebeu quatorze dias de férias do trabalho para repousar e cuidar da saúde, mas depois do prazo estipulado pelos médicos deveria voltar para o trabalho, e retornou, mas relata:

Eles não queriam que eu continuasse a trabalhar por causa do papel que o médico me deu e me mandaram para ver o médico de trabalho. Quando cheguei a esse médico, ele disse que eu tinha o risco de abortar. São dois bebês e não podia trabalhar e podia ter um infarto trabalhando assim. Ele mandou para a Previdência Social e ela não me aceitou (DERAVINE, 2020).

A partir desse momento Daphine inicia uma caminhada com muitas dificuldades em relação ao trabalho, aos cuidados com a saúde e à gestação, e relata: “a empresa não queria que eu trabalhasse tão pouco”. Retornou para Porto Alegre, já que havia rompido relações com a irmã e os familiares que residiam em Gramado, tal situação possibilitou uma aproximação maior entre o casal. Nesse momento a gestação avançava e Daphine não conseguia andar, como ela mesma verbaliza:

Nesse tempo, é como se eu ficava paralisada; não podia andar. Se meu esposo não estava aí, eu podia fazer xixi na cama. Não podia andar, só tinha que ficar na cama. Eu estava como paralisada por causa da gravidez. Durante esse tempo, a empresa onde eu estava trabalhando me apoiou e me disse que eu não pude trabalhar. Eu fui levada de novo para o hospital Fêmeina e lá passei oito dias internada e depois me deram alta e, eu voltei para a casa. Quinze dias depois, voltei para o hospital e fui de novo internada porque minha pressão nunca baixou. Posso dizer que eu passei mais tempo no hospital que em casa (DERAVINE, 2020).

Durante esse período a rede de apoio que tinha foi a que construiu no Brasil, algumas amigas Haitianas que também moram na mesma comunidade, embora o esposo de Daphine não concorde com essas amizades e aproximações. O companheiro trabalha em uma empresa privada com serviços gerais faz dois anos, sai de casa para trabalhar pela manhã e retorna à noite, tem alguns benefícios como vale refeição, mas prefere levar almoço e usar o vale para comprar alimentos, leite e fraldas para as filhas. Daphine relata que o companheiro não estava muito bem: “Ele ficou com depressão por causa da situação da minha família porque ele estava dizendo que minha família nunca me visita...” (DERAVINE, 2020). Devemos estar atentas para os sentimentos dos homens negros, sempre ouvimos falar que homem não chora, não fica triste e que deve ser forte, mas que fortaleza é essa? Sempre nos falaram que somos fortes, que suportamos qualquer coisa. Essa é a visão da branquitude, porque nosso povo foi escravizado e resistiu às mazelas impostas pela população branca, morando em maior número nas comunidades periféricas, sem acesso ao mínimo para viver com dignidade. Quando poderemos desfrutar o nosso BEM VIVER?

3.1.2 Experiências Sobre Racismo

No livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, no capítulo “A Experiência Vivida Do Negro”, Fanon argumenta que

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor (FANON, 2008, p. 110).

Maria Aparecida Bento discorre sobre a noção de privilégio enquanto essencial no campo da teoria da discriminação como interesse.

A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito. [...] o fato de que a discriminação racial pode ter origem em outros processos sociais e psicológicos que extrapolam o preconceito. O desejo de manter o próprio privilégio branco (teoria da discriminação com base no interesse), combinado ou não com um sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação (BENTO, 2002, p. 3- 4).

Para Lázaro Ramos,

há diferença entre o legal e o real. Nunca foi e não será por meio de leis que promoveremos mudanças estruturais no país, apesar de a legislação ser uma ferramenta importante. Há que se realizar amplos processos de reestruturação do Estado, que resultem em desconcentração da renda e elevação da qualidade da escola pública em todos os níveis para formar quadros capazes de responder ao novo ciclo de desenvolvimento da nação; é preciso criar oportunidades para todos e eliminar as desigualdades salariais baseadas em cor e gênero. Não podemos mais aceitar a democracia racial como retórica e nem as desigualdades entre homens e mulheres, pobres e abastados. O Estado brasileiro deve se lançar ao desafio da refundação da unidade nacional, com valorização da diversidade e com a efetiva consagração dos direitos de todos (RAMOS, 2017, p. 129).

As experiências e vivências em relação ao racismo são relatadas de maneira diferente, mas os dois relatos demonstram os efeitos perversos do racismo no processo de inserção dessas mulheres negras na sociedade brasileira, dificultando o acesso ao mercado de trabalho.

Daphine relata que no Haiti “tem um pouco de racismo”. Ao pedir para fazer um relato sobre a experiência de racismo e preconceito no Brasil, verbaliza:

Tem um pouco de racismo. Eu sofri racismo só duas vezes no ônibus em Porto Alegre. Eu estava indo para o hospital. Eu estava grávida, não podia passar na roleta. Eu me sentei em uma cadeira na frente. Veio uma idosa e me pediu para levantar para ela sentar. Como que eu não quis fazer o que ela me pediu, ela começou a brigar comigo. Eu me levantei da cadeira e ela sentou no meu lugar. Vendo isso, os passageiros que estavam na frente começaram a repreender a senhora. O cobrador pediu para o motorista parar para que eu pudesse descer e passar na porta de saída e entrar de novo no ônibus para sentar.

Outra vez, eu e a irmã do meu esposo estávamos saindo do hospital com os bebês. Um idoso veio e pediu para minha cunhada levantar com o bebê para ele sentar. Todo

mundo estava brigando com ele dizendo: “Tu não estás vendo que ela está com um neném?” O motorista parou o ônibus e nos fez passar pela porta detrás para sentar com os nenéns. Não sei por que existe o preconceito contra uma pessoa negra! (DERAVINE, 2020).

Em momento algum a idosa respeitou o direito de Daphine, a barriga enorme, visivelmente gestante, mas o que incomodou a idosa naquele momento foi o fato de uma mulher negra mesmo gestante, estar ocupando o assento e, ao subir no coletivo uma mulher branca idosa, exige que levante, libere o assento. Daphine estava no seu direito ao ocupar o banco destinado para assentos prioritários, conforme assegura e estabelece a Lei nº 12.560, de 2 de julho de 2019, no Art. 1º: “Fica estabelecida a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus municipais”.

Quanto a Pascale, ela relata episódios vinculados à sua profissão e ao seu trabalho como cabeleireira em um salão onde a maior parte da população atendida é branca:

Racista ali onde eu trabalho nunca tive uma coisa de racismo, só uma vez eu vi uma cliente falar para uma recepcionista: - é essa morena que vai fazer minha unha? Aí a recepcionista respondeu pra ela, - sim, tu quer fazer? Como ela também era negra ela já sentiu o que a mulher queria falar, então a recepcionista falou pra ela - tu vai fazer ou não? Aí ela disse - tá eu vou fazer, daí eu fiz a unha dela bem tranquila (MAURICE, 2020).

Essa fala me fez pensar o quanto somos desafiadas diariamente, desvalorizadas e desrespeitadas por outras mulheres, e a diferença se dá por todo o contexto histórico e mesmo inconscientemente, nós mulheres negras nos apoiamos nessa luta perversa que o racismo nos coloca diariamente. Ao discorrermos sobre as mulheres negras, estamos falando de um contingente ainda maior, estamos apontando a mulher negra, que foi escravizada, desrespeitada e torturada por séculos no Brasil e no mundo. Para Chimamanda Ngozi Adichie (2017), as mulheres, na verdade, não precisam ser defendidas e reverenciadas; só precisam ser tratadas como seres humanos iguais. “Há uma conotação de superioridade na ideia de que as mulheres precisam ser “defendidas e reverenciadas” por mulheres. Isso me faz pensar em cavalheirismo, e a premissa do cavalheirismo é a fragilidade feminina” (ADICHIE, 2017, p. 39).

Outra experiência de racismo narrada por ela foi a busca por um curso de cabeleireira em uma estética:

eu fiz um curso de cabeleireira aqui no Brasil, quando eu terminei o curso eu tinha estágio num salão da escola, daí, ali na escola, no estágio, eu ia atender uma mulher e quando eu estava perguntando pra ela o que ela queria fazer, se era um corte, o que ela queria fazer - eu tava de trança, tinha uma colega também ali do meu lado, daí passaram ela pra mim, então na conversa com ela perguntando o que ela queria invés de dar atenção pra mim ela deu atenção pra minha colega de pele branca que nem tava conversando com ela, daí eu vi que ela não queria fazer comigo, aí eu fui na recepção e disse que eu não queria atender essa mulher porque eu tava conversando com ela e ela nem queria me dar atenção, ela não queria me dar atenção, eu não queria atender

ela, aí a direção da escola me chamou à parte e me perguntaram o que eu senti, se eu me senti mal, se eu achava que foi um ato racista, eu disse que não sabia se era racista, porque eu não podia dizer que era racista, daí eles falaram que se era racista e se eu tinha me sentido mal iam bloquear o nome dela no sistema e ela nunca ia poder ser atendida aqui na escola, e como eu me senti, eu disse que eu me sentia mal, eu não sabia a intenção dela eu só sabia que ela não queria ser atendida por mim (MAURICE, 2020).

Interessante notar esse jogo intersubjetivo perverso em que ela se sente discriminada e incomodada com a situação, mas se sente coagida a apagar a dimensão do racismo na hora de ter a possibilidade de denunciá-lo. Ela é interpelada pelos trabalhadores da escola de estética se entendia isso como racismo, mas acaba sentindo culpa de adjudicar que era um ato racista.

Pascale relata não ter vivenciado outras experiências além das verbalizadas anteriormente, no entanto me fez repensar sobre a atuação e importância do movimento de mulheres negras nos diferentes espaços de atuação e pontos de vista quando falamos em racismo, empoderamento e articulação com outras mulheres na luta diária contra o racismo e preconceito. Sobre esse assunto Pascale inicia falando sobre a vivência no Haiti e as diferentes formas de atuação e incidência, então pergunto se conhece alguma organização ou grupo de mulheres negras atuantes.

Perguntei para ela se participou ou conhece algum movimento de mulheres negras no Haiti, se em algum momento ouviu falar sobre. Me responde que não, nunca ouviu falar e que talvez não tenha organização de mulheres negras como tem no Brasil e em outros países.

Lá principalmente de mulher negra, eu não conheço, mas de ajudar os negros, de ajudar a população eu já conheço, e às vezes funciona. Aqui no Brasil eu conheço alguns, mas lá no Haiti, de mulheres se empoderar, não tem isso, porque como eu te falei de costume que a mulher sempre fica no lado do homem, então a mulher lá não se empodera muito, não igual aqui no Brasil que a mulher quer fazer, tem um diferenciado, quer ser poderosa, quer ser independente de si, essas coisas lá no Haiti não tem, eu não cheguei a conhecer, não fazendo esse trabalho que vocês fazem aqui de mulher negra especificamente, de ter aquela autoestima assim, então, se a gente for olhar ela é muito mais que o homem, só que desde a raiz da humanidade a gente sempre foi carregada atrás do homem (MAURICE, 2020).

Ao mesmo tempo me fez pensar, refletir, por que todas as mulheres negras devem conhecer ou fazer parte dos movimentos feministas? A partir desse contato com mulheres e homens negros imigrantes, penso que os movimentos na busca por libertação, reconhecimento, respeito e oportunidades existem em todos os lugares do mundo, se manifestam de diversas formas. No caso de Pascale Maurice, mulher negra imigrante, esse movimento aconteceu como uma ruptura na busca por melhores condições de vida, que rompeu paradigmas e estigma impostos a ela.

Ainda sobre experiências de racismo no Brasil, acredito que Pascale Maurice não identificou todas as experiências de racismo vivenciadas desde o dia em que chegou ao Brasil,

talvez pelo fato do esposo já ter organizado a chegada dela, assim como o ingresso muito rápido no mercado de trabalho. Não percebeu todas as vezes em que ao andar pelas ruas da cidade as pessoas não negras a olhavam identificando que o fenótipo não é de uma mulher negra brasileira, que ao verbalizar qualquer palavra o sotaque já chamava a atenção mostrando mais uma vez que a origem é de um país estrangeiro, reforçando os pensamentos e olhares racistas sobre o lugar ocupado pelo imigrante Haitiano na sociedade brasileira, diminuindo o acesso ao mercado de trabalho, aumentando a prática de comércio ambulante na cidade e aumentando a ocupação quando falamos em moradia irregular nos grandes centros urbanos. Embora tenham morado de aluguel por algum tempo, a condição de vida e o acesso a moradia não foi tão desgastante se compararmos a condição atual de Daphine Deravine, que atualmente paga aluguel, está desempregada, com saudade dos filhos que ficaram no Haiti e enfrentando péssimas condições financeiras.

No livro *Outros jeitos de usar a boca* a autora Rupî Kaur diz, em um dos subtítulos, mulheres de cor: “nossas costas contam histórias que a lombada de nenhum livro pode carregar” (KAUR, 2017, p. 171). Por mais relatos, depoimentos e falas das participantes mencionadas neste estudo e de muitas outras mulheres negras imigrantes representadas por elas, cito aqui a fala da Dra Antropóloga Vera Rodrigues: “Quem sabe de onde veio, sabe para onde vai”, e que sim, precisamos caminhar, e o racismo mais uma vez tenta nos matar, no mundo todo, esse é o cenário atual. Seguindo essa mesma fala, ouvimos Conceição Evaristo: “Eles tentaram nos matar, e nós combinamos de não morrer”. E nessa resistência na luta por sobrevivência, respeito e dignidade, ouvimos o Dr. Antropólogo Kabengele Munanga, nos fazendo lembrar que diariamente precisamos olhar para o nosso passado, fortalecer o hoje para assim, chegarmos mais cientes dos nossos direitos no futuro.

Valorizando e respeitando a fala e o carinho das irmãs participantes da pesquisa, cito a Dra. Jurema Werneck que nos lembra diariamente que “nossos passos vêm de longe”, sim, nesse momento vivenciado no Haiti, sendo representado por essas mulheres que seguem na luta para derrubar o muro, driblando a opressão, enfrentando o racismo e preconceito que se mostram de diversas formas e muitas vezes se tornando invisíveis aos olhos, mas presentes nas ações e sentimentos, e um deles é o sentimento da solidão por estar longe dos familiares, filhos e amigos.

Sobre essas diferenças, percepções e sentimentos, Cláudia Pons Cardoso, no artigo *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*, discorre:

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de

pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. [...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana. A África é o continente ‘obscuro’, sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua ‘natureza sub-humana’, a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada ‘natural’. Segundo a autora, o racismo se constituiu “como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação (CARDOSO, 2014, p. 970).

Encerramos com a reflexão proposta a partir do texto *Tempo de nos aquilombar*, de Conceição Evaristo:

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020,
a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante” (EVARISTO, 2020).

4. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO HAITIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, analisarei questões que tem a ver com a acolhida e a garantia de direitos da população Haitiana no Rio Grande do Sul. Também analisarei dados do trabalho de campo feito nos eventos, bem como se existe uma política pública específica para imigrantes Haitianos.

Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. “Em 1884, a Lei nº 28, aprovada pelo legislativo paulista, garantindo recursos para que o governo estadual financiasse a imigração, afirmava cujos beneficiários seriam trabalhadores europeus e suas famílias” (AZEVEDO, 1987, p. 167 apud THEODORO, 2008, p. 35). Ainda em 1890, o governo republicano recém-instituído publica o Decreto nº 528, de 20 de junho, onde se institui a livre entrada de migrantes nos portos brasileiros, “excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas”. Esse mesmo decreto garantia incentivo a todos os fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em suas terras (THEODORO, 2008, p. 35).

Ainda sobre políticas migratórias, cito o estudo realizado por Vanito Ianium Vieira Cá, imigrante guineense, na dissertação de mestrado intitulada *A situação juslaboral de imigrantes senegaleses em Porto Alegre* (2019). O autor discorre sobre a falta de investimento em políticas públicas para imigrantes contemporâneos, vindos de outras latitudes em contrapartida à existência histórica de uma política migratória no Brasil que privilegiou os europeus:

No que se refere à política migratória brasileira, do período colonial ao Estado Novo, ela sempre foi seletiva, restritiva e racista. Basta olhar para o passado próximo para enxergar que os imigrantes africanos eram expressamente proibidos pela legislação de entrar no Brasil, ou seja, somente podiam entrar mediante a autorização das autoridades brasileiras. Isso ocorreu depois de esse povo passar por um processo de escravização, sendo muitos indivíduos raptados da África e trazidos forçadamente para servir de mão de obra escrava (CÁ, 2019, p. 61).

A título de exemplo, o autor cita o Decreto nº 528, de 28 de julho de 1890, conhecido como a “Lei Glicério”, que em seu art. 1º indica o seguinte:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890 apud CÁ, 2019, p. 61).

O autor segue indicando a “Lei de Cotas” de 1934,

uma medida destinada a acentuar o controle sobre a entrada e a distribuição de trabalhadores estrangeiros no Brasil. O principal objetivo dessa lei, segundo Geraldo (2012), era restringir ou impedir a entrada de imigrantes considerados “indesejáveis”

(africanos e certos grupos de imigrantes asiáticos), com exceção dos chamados “brancos europeus” (GERALDO, 2012, p. 175). Corroborando essa afirmação, Stocco (2006, p. 2) enfatiza que não tinha dúvida que era uma lei notadamente racista, discriminatória e seletiva “[...] inspirada em doutrinas racistas científicas daquele período” (CÁ, 2019, p. 61-62).

Se pensarmos nas Políticas Públicas, estas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. As políticas surgem de agendas numa intrincada trama de relações entre os agentes de Estado e as demandas da sociedade civil.

A respeito de estratégias e possibilidades de políticas públicas e acolhimento para a população imigrante, o Brasil não tem planejamento de uma política pública interventiva que acolhe e atende mesmo que minimamente essa população. Todas as articulações para auxiliá-los diariamente pensando no Bem Viver de todas/os partiu da sociedade civil e da própria população, organizando ações comunitárias contando com a participação dos movimentos sociais, igrejas e associações. Tal mobilização oportunizou uma movimentação maior e um tensionamento, exigindo através de ofícios e mobilização popular junto ao Ministério Público e Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) um olhar para essa população que está migrando em maior número diariamente.

Sobre Políticas Públicas para imigrantes Haitianos, não existe uma específica além da Acolhida Humanitária prevista na Legislação e a Portaria Interministerial nº 12 de 20 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

Durante os 4 encontros realizados entre novembro de 2018 e março de 2019 com as mulheres negras Haitianas mencionadas anteriormente, falamos sobre vários temas, um dos assuntos mais pautados por elas foi a dificuldade encontrada no acesso às políticas públicas de inclusão no Brasil. Disseram ter tido muitas promessas, de uma vida melhor e a possibilidade de retomar a vida, da possibilidade de trazer seus familiares para também morar no Brasil. Elas comentam o quanto a vida no Haiti não é fácil, e lá deixaram seus familiares, filhos, e uma história de luta, alegrias e dor, por sempre estarem “guerreando” por sobrevivência. No entanto, as dificuldades encontradas e que as preocupam ao chegar num país desconhecido, são o acesso a moradia, ter uma casa, um lugar para morar, onde dormir, ter alimento, roupas e um local onde deixar suas crianças, além da enorme dificuldade na comunicação por não falar o idioma local. A maioria das mulheres haitianas participantes do estudo não falavam português,

compareciam aos encontros acompanhadas dos filhos/as, já que, aconteciam aos domingos, ao final da tarde.

Entre os questionamentos trazidos por elas, cito dificuldades em conseguir uma vaga na escolinha de educação infantil, além de esbarrarem na dificuldade em relação ao idioma local, o que dificulta em todos os momentos a comunicação. Também a falta de conhecimento sobre onde fazer a inscrição, dias e horários. Como essa era a necessidade delas, na reunião aproveitei para explicar sobre a Secretaria de Educação e a Central de Vagas e como deveriam fazer em relação a escola, já sobre o acesso à escola de educação infantil, oriento a comparecer ao Conselho Tutelar¹⁵ e via conselho tensionar esse acesso, aí esbarro em mais uma situação: explicar o que é o conselho tutelar e sobre a função protetiva, tentando tirar o mito de que o conselho “recolhe” as crianças que estão fora das escolas e creches, e também é uma fala reproduzida pela população brasileira, embora eu entenda que essa questão gera muita polêmica devido devido a em muitos casos funcionar dessa maneira. Então, após ouvir os relatos, me comprometo em verificar e buscar informações com alguns colegas que trabalham em escolas de educação infantil e verificar a possibilidade de conseguir informações sobre esse acesso.

No dia seguinte realizo contato com Paulina, assistente social que na época atuava no Serviço de Abordagem Social - Ação Rua, trabalhava na Ação Comunitária Participativa – ACOMPAR, localizada no bairro Santa Rosa de Lima, zona norte de Porto Alegre. Relato para Paulina a situação e peço alguma orientação na tentativa de auxiliar e acolher essas mulheres, ao mesmo tempo reflito sobre essa realidade vivenciada por muitas mulheres negras e não negras, que estão fora do mercado de trabalho, sendo um dos motivos a falta de vagas nas creches e escolas municipais. Paulina foi muito receptiva e inclusive relatou que por trabalhar com população em situação de rua, já identificou e abordou muitos homens negros imigrantes que estão em situação de rua, contou sobre uma pessoa abordada pela equipe, que relatou o sumiço de um colchão de solteiro que estava em um determinado local na rua, e quando esse morador retornou para o local onde “morava na rua” seu colchão não estava mais lá, e quando viram um Haitiano havia passado pelo local, pensou que não fosse de ninguém e acabou levando. Disse também sobre as dificuldades de comunicação e entendimento, e que por várias vezes conversou, mas percebe que esbarra no idioma e na falta de apoio e políticas públicas que atendam às necessidades dessa população. Aí nos deparamos com uma questão histórica, se

15 Conselho Tutelar é órgão municipal, público, permanente e autônomo, não jurisdicional, de natureza administrativa, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, aplicando as medidas de proteção contra sua ameaça ou violação (SIMÕES, 2009).

para a população negra brasileira é uma dificuldade fazer com que as políticas públicas sejam efetivadas, pensamos como será esse acesso para a população imigrante? Então, Paulina orienta para que eu encaminhe uma família para comparecer à ACOMPAN, onde teria a possibilidade de matricular as crianças na escolinha. Essa família encaminhada tem 3 filhos; ele está no Brasil há 4 anos, casado há 10 anos, trouxe a esposa e filhos recentemente para o país, a esposa está à procura de emprego, no entanto, consegue a vaga, mas não pode aceitar a vaga por não ter onde ou com quem deixar os filhos.

Outro questionamento apresentado pelo grupo é em relação à habitação. Ouvi muitas reclamações sobre o valor do aluguel e a região onde conseguem morar, que não conseguem trabalho e o valor que recebem dá para pagar a casa e falta para comer. Uma pergunta surge durante os encontros: O que você vai fazer por nós? Retomo a explicação sobre o estudo, e o que motivou a estudar a população imigrante Haitiana, mais especificamente as mulheres negras Haitianas e nesse momento reflito o quanto esse encontro firma a importância de “tornar-se negra” a partir desses encontros, o qual me deparo com um espelhamento e fortalecimento, e conforme Neusa Santos Souza traz no livro *Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal. Depois do trabalho de se descortinar muitos vem). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 18).

Esses questionamentos me impulsionaram a buscar informações sobre o acesso às políticas públicas de inclusão para imigrantes, entendendo que o processo migratório se intensificou nos últimos anos no Brasil e no estado. No entanto, as mulheres participantes do estudo esperavam algo mais durante os encontros, talvez por eu me apresentar como assistente social, pesquisadora e trabalhadora de uma política pública da assistência que tem como seu principal objetivo a proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Mas como separar a profissão desse momento importante para ambas? Eu mulher negra, pesquisadora, elas, mulheres negras imigrantes, que estão na busca por melhores condições de vida? Para elas o acesso às políticas públicas “com gratuidade” é importante e muito necessário, afinal, foi um dos motivos para esse trânsito migratório e o enfrentamento ao desconhecido, momento de coragem e luta pela sobrevivência. Mas quais os objetivos dessa Política Pública?

A Política Pública da Assistência Social tem como principal objetivo a garantia dos direitos das pessoas, independente da classe social, tendo como conhecimento popular entre as famílias o Programa Bolsa Família, que é um programa criado pelo governo federal na

perspectiva da promoção da equidade, conforme mencionado anteriormente, e tem como objetivo atender minimamente às necessidades humanas básicas priorizando a alimentação. Então, como pensar a atividade, enquanto pesquisadora cientista social, sem esse atravessamento com o fazer profissional, se as realidades se encontram? Nesse momento estava atuando como estudante, pesquisadora, em outro, como trabalhadora e em alguns momentos também como usuária dessa política pública por ser uma mulher negra, pobre e de origem periférica. Onde está a diferença no acesso a essa política? E qual a importância dessa pesquisa para a população negra imigrante?

No livro *Serviço Social na Contemporaneidade*, Marilda Iamamoto (2008) aborda a importância da pesquisa para entendermos a gênese da questão social e as situações particulares bem como os fenômenos sociais:

[...] a pesquisa da realidade social torna-se um recurso fundamental para a formulação de propostas de trabalho e para a ultrapassagem de um discurso genérico, que não dá conta das situações particulares. Essa pode ser uma trilha fértil para se pensar as relações entre indivíduo e sociedade, entre a vida material e a subjetividade, envolvendo a cultura, o imaginário e a consciência. É seguramente um caminho fecundo para a superação de algumas das dificuldades anteriormente mencionadas (IAMAMOTO, 2008, p. 56).

Sendo assim, entendemos a importância desse estudo, bem como meu olhar como assistente social e mestranda em ciências sociais. Compreender as condições sociais e a influência do território bem como os reflexos no bem viver dessas mulheres e seus familiares, nos proporciona uma amplitude para pensar e questionar a importância da pesquisa e do nosso papel na sociedade brasileira, bem como potencializar e proporcionar visibilidade ao processo migratório, mostrando as possíveis contribuições e enfatizando os direitos conforme preconiza a Constituição Federal do Brasil e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Iamamoto faz uma reflexão sobre as consequências dessa exclusão e igualdade quando falamos no acesso à Política Pública da Assistência Social:

a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização (IAMAMOTO, 2008, p. 37).

Entende-se com a fala da autora que as influências do racismo no processo migratório são marcas persistentes que proporcionam dor e nos coloca a pensar que atuarmos como cientistas sociais é um dos maiores desafios da atualidade, porque atuamos sobre a realidade e ao mesmo tempo na realidade, nos desafios e enfrentamentos diários.

Esse novo desafio me proporcionou conhecimentos e novas redes, tive a oportunidade de participar do grupo de Whatsapp Rede Migração RS. Este grupo é descrito no seu perfil como:

Um Coletivo de construção e fortalecimento da rede pró migrantes e refugiados, com caráter humanitário, democrático, integrando esforços e rompendo segmentações provenientes de ideologias políticas, raciais ou religiosas, o grupo investe na composição virtuosa e criativa de cores, credos, histórias de vida e trajetórias de luta. Tem como ética a defesa e o fortalecimento da vida e da dignidade para tod@s, através da ecologia integral de saberes e da luta compartilhada pelo direito de ir e vir pela Terra.

É um grupo interessante porque a comunicação acaba sendo estadual, tem a participação de várias pessoas. Para mim foi importante essa inserção, por ali acompanho seminários, *lives* e processos ligados ao acesso às políticas públicas, bem como as condições de trabalho, pedidos de auxílio, orientações, ajuda para imigrantes e informações sobre algum atentado e mobilizações nas redes se for necessário.

Através do grupo foi lançada a campanha de divulgação para a criação de uma biblioteca comunitária René Depestre – OS BAOBÁS DO FIM DO MUNDO ESTÃO LÁ. Essa é uma iniciativa da comunidade Haitiana de Porto Alegre, representada pela associação da Integração Social (Antiga Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul), em parceria com o núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Migrações (UFRGS) e o Coletivo Negro Minervino de Oliveira. Além de informações importantes sobre o Abrigo do Imigrante em Porto Alegre, localizado na zona norte, com capacidade no momento para 14 pessoas, ala feminina, masculina e para portadores de necessidades especiais, o encaminhamento para esse acesso é realizado pelo CRAS. Tem a divulgação de vagas de empregos, seminários, oficinas e tudo o que agregue e proporcione um melhor acesso à informação e recursos para a população imigrante.

Entre muitas informações e encaminhamentos, o grupo também recebe denúncias e algumas graves em relação à população negra imigrante, uma delas tratou de alguns policiais que agrediram um imigrante senegalês na cidade de Porto Alegre. A denúncia foi encaminhada, mas não fiquei sabendo o que ocorreu depois, acredito que tenha ficado na mesma, como se nada estivesse acontecido, principalmente por ser com uma pessoa negra e imigrante.

Quanto ao desenvolvimento e atuação, o Observatório começou a se desenvolver em 2020, impulsionado pelo Instituto Akanni, uma ONG de mulheres negras que objetiva a pesquisa e assessoria em direitos humanos, gênero, raça e etnias, a qual estou tendo a oportunidade de participar ativamente. O que motivou a criação do Observatório AfroMigra foi um projeto que a ONG realizava com migrantes, para ter o registro de todos os atendimentos realizados para a população negra imigrante, porque após cada atendimento realizado não ficava nenhuma informação sobre a pessoa atendida para saber o que aconteceu após os

encaminhamentos e orientações oferecidos, as coisas foram acontecendo muito soltas, desconectadas uma da outra. Para além disso, o Observatório reúne várias informações, desde a origem do imigrante, a questão de necessidade de emprego, se tem familiar aqui no Brasil ou só no país de origem, bem como verificar a necessidade de auxílio, seja na saúde mental, assistência social, educação e acesso às políticas públicas.

Essa construção demorou muito no trabalho de organização e para encontrar pessoas que trabalhem com a população imigrante para poder compor o grupo. Encontrando as pessoas, o primeiro passo foi organizar reuniões e pensar nas dinâmicas dos trabalhos, encontros, oficinas e como seriam realizados os trabalhos. Uma das propostas foi de elaborarmos uma cartilha informativa para a população imigrante, onde conste as informações básicas e importantes em relação ao acesso e garantia de direitos, informações sobre Previdência, assistência social, violações de direitos, onde buscar informações e orientações judiciais e as redes de apoio para acionar em situações de violência de qualquer tipo.

A seguir mostro alguns objetivos importantes a serem seguidos durante o desenvolvimento do projeto e realização das oficinas, e como atuaremos, quais as intervenções necessárias em cada um deles:

Integração social

- Acompanhar e contribuir na **integração social** de imigrantes e refugiados em situação de carência econômica, no Rio Grande do Sul.

Atendimento Psicológico e Jurídico

- Inserir imigrantes e refugiados às redes de **atendimento psicológico, jurídico e social**, desenvolvendo atividades formativas, a partir dos interesses e demandas dos próprios imigrantes e refugiados.

Articulação em Rede

- Ampliar **diálogos, articulações e parcerias** com outras entidades e grupos de assessoria que atuam na defesa de imigrantes e refugiados no país, oferecendo serviços de acolhida, assistência social, orientação psicológica e jurídica, formação e orientação especializada, em casos específicos.

Coleta de Denúncias

- Atendimento telefônico em casos de **denúncia** e informações relacionadas à situações de violação dos direitos humanos contra imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul.

Coleta e divulgação de denúncias

- **Coleta e divulgação de denúncias** sobre a violência física e psicológica motivada por racismo, discriminação racial e xenofobia, a fim de contribuir para a elaboração de

políticas públicas sobre migração e de prevenção e repressão de atos discriminatórios, bem como promover uma cultura de paz, de solidariedade e o respeito por outros povos e culturas.

Nosso objetivo é retomar os encontros após a pandemia e repensar as atividades e metodologias de abordagem com a população imigrante. Colocamos em prática uma das ações definidas com o grupo constituído, no entanto a metodologia pensada não deu certo, a proposta foi de realizar alguns atendimentos psicológicos, jurídicos e orientações com assistente social via internet ou telefone. Todos os contatos foram disponibilizados em um folder que foi distribuído para a comunidade imigrante, mas não teve a adesão que planejamos. Nosso objetivo é pós pandemia reunir o grupo novamente e refazer a proposta/oferta de atendimento que acolha a demanda da população imigrante de forma que facilite o acesso ao projeto. Mesmo porque durante a pandemia seguimos com nossas reuniões e lives, articulamos com a Defensoria Pública e Ministério Público, sempre tensionando e levando propostas para melhor atender a população imigrante, na perspectiva de sensibilizar a gestão no que compete ao Estado e Município essa acolhida e sensibilidade em entender as condições e necessidades, mostrando que além do estigma por serem imigrantes, existe algo muito maior que é ser negro(a).

No dia 19 de agosto de 2020, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou uma audiência pública para discutir as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no RS com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Reconstruirei algumas discussões a partir de matéria publicada no site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul¹⁶. A sessão virtual dos imigrantes e das autoridades públicas foi conduzida pelo deputado Pepe Vargas (do Partido dos Trabalhadores – PT), autor do pedido de audiência pública. Foram tratadas questões como a demora na aplicação de recursos federais para resolver problemas em Porto Alegre, a retomada das atividades referentes à documentação de imigrantes, tendo em vista a sua urgência quando se trata de população migrante.

Foi discutido amplamente que os imigrantes foram impactados de forma severa pelas consequências da pandemia, sofrendo com a crise econômica e com grandes problemas de acesso à documentação. Para amenizar essa situação, o Ministério da Cidadania emitiu a Portaria nº 369/2020, prevendo a concessão de auxílio financeiro para a população em situação de imigração. As autoridades presentes na solenidade expuseram que em nossa cidade ficou

16 Informações disponíveis em:

<<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/321461/Default.aspx>>. Acesso no dia 27/09/2020.

acertado que essa instituição administraria a verba e repassaria aos imigrantes através de cestas básicas, *kits* de higiene e hospedagem para aqueles em situação de rua. No entanto, após mais de um mês de promessas de ultimação da medida, não houve previsão de quando isso possa acontecer. Ocorre que a situação demanda urgência, pois se trata de população de alta vulnerabilidade social. Isso porque os efeitos da crise econômica advinda da pandemia do Coronavírus são ainda mais nefastos nos imigrantes, que já sofrem pesadas consequências da distância de seus lares, familiares, necessidade de lidar com uma nova cultura e língua distinta.

Em relação à solicitação de moradia, não chegaram à rede maiores informações, no entanto, sobre a concessão de alimentos, ficamos sabendo que a FASC está concedendo Cestas Básicas para a população imigrante (Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos), e essa distribuição é realizada pelos CRAS após uma avaliação técnica.

Sobre as dificuldades encontradas para acessar documentação, a Coordenadora do Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo, Patricia Noschang Grazziotin, relatou que a unidade da Polícia Federal na cidade abrange 123 municípios e não dispõe de agendamento *online* para a regulamentação de documentos, o que obriga o deslocamento dos imigrantes em duas ocasiões, com perda de dias de trabalho e custo com as idas e vindas. Reclamou que poucos servidores da PF estão disponíveis para esse tipo de atendimento. E reiterou a fragilidade imposta aos imigrantes quando estão com a documentação incompleta.

Na mesma linha foi a intervenção do Padre Jameson Mercuri, do Centro de Acolhimento ao Imigrante de Porto Alegre e da CNBB, que acusou também problemas na plataforma de acesso da PF para os agendamentos, situação identificada antes da pandemia. Explicou que sem acesso aos documentos, centenas de imigrantes são jogados na informalidade como diaristas, vendedores ambulantes ou trabalhadores temporários, ficando impedidos de atuarem em suas profissões originais. Reclamou da lentidão da burocracia na regularização dos documentos, que repercute no acesso a direitos não só de trabalho, mas moradia, saúde e educação. O Centro de Acolhimento ao Imigrante tem auxiliado o acesso à plataforma da PF, uma vez que essas pessoas não têm acesso à linguagem digital e à internet, e algumas têm dificuldade com o idioma. “Muitos chegam até nós acreditando que somos um organismo do estado”, mostrando a lentidão do sistema e as urgências dessas pessoas. Em média, os documentos levam de dois a três meses para liberação pela PF. E com as restrições da pandemia, os agendamentos estão disponíveis só em outubro, lamentou. “Nesse tempo, são obrigados a entrar na informalidade para sobreviver”, afirmou.

Os relatos apontaram restrições severas impostas aos imigrantes desde o início da pandemia, conforme mostrou o angolano Januário Gonçalves, presidente da Associação dos

Angolanos RS e diretor da África do Coração RS. Mesmo com a Portaria 369/2020 destinando recurso especial para 2.400 famílias de imigrantes através da prefeitura de Porto Alegre, e com cadastramento do grupo para acesso ao auxílio aluguel, o regramento mudou e foram impedidos de receber os recursos diretamente. Levantamento feito pela FASC mostrou que reduziu para 888 famílias aptas ao recebimento das cestas básicas e kits de higiene, assim como reserva de vagas em albergues para imigrantes em situação de rua, mas até o momento nada foi liberado, apesar de promessas em 31 de julho e 7 de agosto, apontou Januário. A lentidão do órgão público em atender a demanda durante a pandemia aumenta a vulnerabilidade do grupo, que enfrenta o desemprego, situações de rua e fragilidades alimentares, “muita tristeza com relação ao trabalho da FASC, que não cumpre seu papel em atender os imigrantes”, lamentou.

Ainda sobre a audiência, o Ministério Público Federal questiona algumas exigências. A procuradora Ana Paula Carvalho de Medeiros informou que acompanhou na FASC os desdobramentos do cumprimento da Portaria que liberou recursos para atender os imigrantes para compra de cestas básicas e *kits* de higiene, assim como vagas em albergues. Junto com o Fórum de Mobilidade Humana, foi possível apurar a situação e adiantou que nas próximas semanas a FASC deverá viabilizar a entrega desses produtos aos imigrantes. Sobre a documentação, o MPF também apurou os atrasos, relacionados em parte às limitações impostas também aos servidores da PF pela pandemia, e à exigência de que o imigrante deveria portar comprovante da vaga de emprego ofertada. Sobre esta exigência, encaminhou com o procurador Pedro Nicolau representação à PF.

A Delegada Regional Executiva da Polícia Federal, Aletea Vega Marona Kunde, observou os impactos das restrições impostas pela pandemia também na PF e seus servidores, mas de março até agora foram mais de 40 atendimentos aos imigrantes, sem que o serviço de urgência tenha sido suspenso neste período nas unidades de Porto Alegre, Passo Fundo e Caxias do Sul. Houve redução do atendimento, cumprindo os protocolos de segurança adotados pela PF, inclusive com distribuição de equipamentos de proteção como máscaras e outros itens de higienização para a recepção dos imigrantes nessas unidades. A agenda estará disponível a partir de 29 de setembro, conforme Aletea Vega, que aproveitou para comunicar que a plataforma digital da PF não tem registro de instabilidade, embora reconheça a limitação de apenas quatro idiomas, português, inglês, espanhol e francês. Sobre a situação de Passo Fundo, que não dispõe de agendamento *online*, disse que vai apurar essa situação anormal.

O agente da Polícia Federal - PF Dagoberto Lucas Barreto, que desde 2010 acompanha o aumento do fluxo migratório no RS de haitianos, senegaleses e venezuelanos, e o impacto no trabalho da corporação, informou que a maior dificuldade que eles encontram é no acesso ao

documento migratório para desenvolver atividade civil. Também apontou as dificuldades desse grupo em acessar a internet para os devidos encaminhamentos de agendamento, motivo pelo qual são encaminhados às entidades civis que prestam esse apoio. A PF trabalha desde 2017 com a modernização do serviço, mediante legislação, para melhorar o acolhimento ao imigrante. O agendamento eletrônico, por exemplo, reduz as filas e define o comparecimento no horário de atendimento. Na pandemia, as prioridades têm sido para os casos de urgência, como a necessidade de visto migratório para trabalho, estudo, assistência médica e assistência bancária.

Com a extensão do auxílio emergencial também aos imigrantes, houve aumento da demanda para regularizar a documentação. Na Caixa Econômica Federal (CEF), inclusive, uma normativa assegurou o acesso ao benefício sem a carteira do registro migratório, afirmou Lucas Barreto. A respeito da exigência de comprovante de emprego, adotada em 16 de março deste ano, foi em decorrência de algumas fraudes nas alegações para a urgência da carteira de trabalho.

Nos encaminhamentos, Pepe Vargas adiantou que a CCDH vai enviar ofício aos órgãos públicos citados para providências, como a Prefeitura de Porto Alegre e a FASC, pela demora na aplicação dos recursos federais. À PF, indagou a respeito de estratégia para o atendimento na retomada das atividades, tendo em vista a urgência da documentação para os imigrantes.

A implementação de políticas públicas de combate às desigualdades raciais e de promoção da igualdade passa, necessariamente, pelo diagnóstico da condição de vida dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, particularmente aqueles formados por negros (as) e brancos (as). Assim, de forma persistente e ao longo do tempo, o movimento negro e de mulheres negras tem feito essa reivindicação.

No artigo *Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio*, a autora Carmem Lussi (2015) faz uma análise sobre os desafios da implementação de políticas públicas para a população migrante:

Ser migrante ou refugiado, por si só, não significa ser vulnerável, mas a migração pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade, como as que são favorecidas pela exaltação da especificidade migratória, assim como acontece também onde se verifica a negação das diversidades que os sujeitos que migram levam consigo. Políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade (LUSSI, 2015, p. 136).

Com a fala da autora entende-se a importância de pensarmos em políticas públicas interventivas, que possibilitem o bem viver da população migrante, investindo em educação,

saúde, ampliando o acesso a bens e serviços, garantindo os direitos em um âmbito geral. Atualmente a prefeitura de Porto Alegre disponibilizou a entrega de cestas básicas em resposta a uma ação organizada pelos movimentos sociais e sociedade civil, requerendo uma resposta a essa demanda emergente, tensionando estado e município a cumprirem seu papel, que é garantir o mínimo de acesso possível, priorizando moradia, saúde, educação e alimentação. Conforme a autora,

as demonstrações públicas de migrantes e defensores de direitos humanos por direitos, cidadania, liberdade e equidade em favor de migrantes e refugiados são ações claras de um protagonismo que se impõe à gestão da coisa pública [...] Trata-se de garantir o “direito a ter direitos” também à população que escolheu este país para viver, ao menos por um tempo, mesmo tendo nascido em outro lugar (LUSSI, 2015, p. 142).

Estão sendo disponibilizadas mais de mil cestas básicas para a população imigrante, uma cesta mais reforçada, um *kit* proteico, junto acompanha um *kit* de higiene, e mais uma vez a sociedade civil articulada garante esse repasse. O acesso ao recurso acontece nos CRAS independente da pessoa de ter vínculo ou acesso ao CadÚnico. Embora seja uma ação pontual, esse recurso foi disponibilizado pelo Ministério Público, e ele é monitorado pelo grupo que representa a população migrante. No entanto, devemos pensar que esta é uma ação emergencial devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19. Como será depois?

Quanto à distribuição do recurso alimentar, entendemos que a quantidade disponibilizada não é o suficiente para atender a demanda da população imigrante, agravada pela pandemia, mesmo porque esse recurso se estende para imigrantes Venezuelanos, Senegaleses e Haitianos, cada um com suas especificidades e necessidades. Uma coisa importante a ser verbalizada: contra a fome não existe argumento, não temos como medir ou imaginar quando as pessoas sentem fome, tal situação é complexa e maior do que imaginamos e, reforço, é importante estarmos atentos em relação ao acesso e direitos assegurados pela Constituição Federal.

Em seu texto *Direitos Humanos Traduzidos em Pretuguês*, Thula Rafaela de Oliveira Pires diz: “A vida dos direitos está na experiência; não está no indivíduo isolado, mas no reconhecimento de ser com os outros. Na luta por direitos humanos se nega o existente, critica-se as injustiças e as infâmias atuais em nome de um futuro desconhecido e até mesmo impossível” (PIRES, 2017, p. 5). Joaquín Herrera Flores conceitua os direitos humanos a partir do universo normativo de resistência como

[...] produtos culturais que formam parte da tendência humana ancestral por construir e assegurar as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que permitem aos seres humanos perseverar na luta pela dignidade, ou o que é o mesmo, o impulso vital que, em termos spinozanos, lhes possibilita manter-se na luta por seguir sendo o que são: seres dotados de capacidade e potência para atuar por si mesmos (FLORES, 2009, p. 191).

Assim, segundo Carmem Lussi (2015), homens e mulheres migrantes apontam para um bem-estar que não se refere à igualdade, mas à mesma dignidade e garantia de direitos, na alteridade de situações e de condições que as políticas públicas não conseguem incluir se não considerarem as desigualdades de fato.

Percebo que um dos principais desafios para a população migrante no processo migratório é lidar com a garantia de direitos básicos e a reversão de situações de vulnerabilidade social. Já quando falamos em articular, pensar políticas públicas, o principal desafio é atacar a pobreza e a falta de oportunidade de emprego.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

NÃO VOU MAIS LAVAR OS PRATOS

Cristiane Sobral, 2010.

(...) Nem vou limpar a poeira dos móveis
 Sinto muito. Comecei a ler
 Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi
 Não levo mais o lixo para a lixeira
 Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal
 Sinto muito.
 Depois de ler percebi a estética dos pratos
 a estética dos traços, a ética
 A estética
 Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros
 mãos bem mais macias que antes
 e sinto que posso começar a ser a todo instante
 Sinto
 Qualquer coisa
 Não vou mais lavar
 Nem levar (...)

Início minhas considerações finais assistindo a um vídeo-aula da Prof^ª Dra. Vera Rodrigues, mulher preta, Antropóloga e intelectual a quem tive o prazer de conhecer após acessar o universo acadêmico. A professora fala sobre nossas trajetórias coletivas de vida e o quanto carregamos uma bagagem que nos constrói como pessoa, falando que nossas escritas mostram e provocam a necessidade de sair da zona de conforto, na busca pelo entendimento acompanhado da vontade de conhecer, e de nos abrir para o mundo, para um universo que sempre nos mostraram ser e estar distante.

Fui motivada por uma força interior a escrever, contar, mostrar e relatar a trajetória desafiadora de mulheres negras assim como eu, mas imigrantes Haitianas, que enfrentaram o desconhecido em busca de melhores condições de vida, e a necessidade de compreender esse

processo migratório em outro país, com idioma e cultura diferente, e o que nos move, mulheres e homens negras/os. Porque somos assim, nossas histórias e vidas giram em torno da coletividade, da necessidade de conhecer e ouvir sobre as histórias desde a decisão de “encarar” essa travessia, deixando o país de origem, Haiti, filhas/os, pai, mãe, irmãs/os, amigos, familiares e uma história de vida, cheia de valores, significados e sentimentos.

Compreender as relações de gênero, o recomeço e junto com ele a força para enfrentar as dificuldades desde o não entendimento do idioma local, vivenciar outra cultura, enfrentar as diversas formas de racismo e preconceito por ser negra(o), imigrante e mulher. Diante do contexto exposto no decorrer da pesquisa, percebemos que alguns haitianos escolhem a migração internacional, como uma estratégia econômica, já que, no Haiti existem profundas desigualdades e barreiras no acesso a direitos sociais.

A partir dos encontros e entrevistas realizadas, percebemos o quanto as mulheres negras haitianas continuam na “luta” por sobrevivência em um país desconhecido, na busca por uma oportunidade de emprego, e a necessidade de manter os compromissos firmados com os familiares que lá ficaram. Esse estudo me aproximou de uma realidade que até então eu não conhecia, e o quanto o descaso, a humilhação e falta de comprometimento dos governantes com a população imigrante é real, embora nesse caso o fator agravante seja a cor da pele. Durante os encontros realizados, a comunicação fluiu de muitas formas, através do olhar, do sorriso e do corpo em movimento, eu cheguei no primeiro encontro pensando que estava fazendo muito, a partir das informações produzidas e pesquisas em outros estudos já realizados sobre a população imigrante haitiana, eu tinha em mente que a história delas era a mesma, que tudo é igual, até que a recepção pensada, planejada seria suficiente. Só que não é bem assim. Isto me fez lembrar da palestra de Chimamanda Ngozi Adichie, quando nos convida a pensar o perigo da história única: “a consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade” (2012).

Essa dignidade está sendo roubada das mulheres negras imigrantes haitianas a partir do momento que lhes é negado o acesso às políticas públicas e um olhar mais específico para as questões pontuais dessa população, desrespeitando sua cultura, tradição e valores. Pudemos constatar através das entrevistas e espaços por onde tive a oportunidade de estar e que pautam a temática da imigração, que as histórias de vida são diferentes, nem todas as pessoas imigrantes oriundas do Haiti moravam em condições precárias no Haiti, por serem negras(os) as pessoas julgam serem pobres, miseráveis em busca de trabalho e comida.

Durante os encontros, fomos informadas que muitas mulheres negras Haitianas que estão morando no Brasil, concluíram os estudos no Haiti até o ensino médio, mesmo com as

dificuldades enfrentadas pelos familiares e responsáveis para mensalmente prover o valor, outras vieram para o Brasil somente com o ensino fundamental concluído e a vontade de retomar os estudos, algumas com cursos técnicos concluídos estão na busca por uma oportunidade de emprego, mas uma coisa é unânime: a busca da realização de um sonho é o propósito de todas, mesmo que a vontade não seja permanecer no país escolhido, a busca por emprego é crucial. Quanto aos filhos que no Haiti permanecem, a fala é regada de muita tristeza, saudades e a vontade de logo poder estar junto novamente, o que impede é o valor da passagem, e a falta de apoio de órgãos públicos para que tal situação seja realizada.

Como mencionei na introdução, para entender esse processo, foi necessário entender a história do Haiti, um país caribenho que se constituiu em 1803 na primeira república independente na região da América Latina e Caribe, um país que conseguiu abolir de vez a escravidão, e que após a independência passou a ser visto como um “perigo” para as elites da região.

Para entender a experiência das mulheres negras imigrantes no Rio Grande do Sul e o acesso às políticas públicas, adoto uma perspectiva interseccional, seguindo a proposta de feministas negras das Américas (AKOTIRENE, 2018; CARNEIRO, 2011; CRENSHAW, 2002; GONZALEZ, 1988; RIBEIRO, 2017; VIVEROS-VIGOYA, 2018), buscando analisar as dinâmicas raciais e de gênero, e como se entrelaçam e se potencializam como eixos de opressão e resistência.

Assim, sigo na descoberta de potencialidades, fragilidades e encantos das nossas árvores e raízes, oriundas de um país chamado Haiti, o qual aprendi a conhecer, respeitar e admirar as histórias das mulheres negras oriundas de lá, que também fazem parte da minha história de vida e são donas de muitas histórias.

Finalizo com a frase de Chimamanda Ngozi Adichie (2012): “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única**. LEGENDADO. 19 de maio de 2012. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>>. Acesso em: 28/09/2020.
- _____. **No seu pescoço**. Título original: *The Thing Around Your Neck*. Tradução de Julia Romeu. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- BASCH L.; SCHILLER N.; BLANC C.Z. **Nations Unbound**: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States. Gordon and Breach Science Publishers, 1994.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, p. 25-58. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BISPO, Reginete. **Entrevista cedida à Susane Souza**. Porto Alegre, 09/06/2020.
- CÁ, Vanito Vieira Ianium. **A situação juslaboral de imigrantes senegaleses em Porto Alegre**. 118f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.
- CARDOSO, Claudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 965-986, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALCANTI, Leonardo. **Novos Fluxos Migratórios Para O Mercado de Trabalho Brasileiro**. Desafios para políticas públicas. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, p. 21-35, V.11, n.16, jul-dez. 2015.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília 2015.
- CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.
- COSTA, Gelmino A. **Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora!** *Travessia: Revista do migrante*. CEM - Ano XXV, n. 70, p. 91-97, 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 2002, p. 171-188.

_____. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica** - Universidade de Paris. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. Revista Brasileira de Educação, v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

DERAVINE, Daphine. **Entrevista cedida à Susane Souza.** Porto Alegre, 13 de março de 2020.

DIAS, Lucimar Rosa. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!** Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada, 2012.

DIEHL, Fernando. **Estrangeiro em uma terra estranha:** Racialização e Estigmatização dos Imigrantes Haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. 177f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Tempo de nos aquilombar.** Disponível em: <<https://web.facebook.com/conceicaoovaristo>>. Acesso em: 25/09/2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Editora da EDUFBA, 2008.

FARMER, P. **An Anthropology of Structural Violence.** Current Anthropology, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** Tradução de Paula Siqueira. Revisão de Tânia Stolze Lima. – Cadernos de campo nº 13: 155-161, 2005.

FERREIRA, Gislaine Dias Florentino. **Políticas Públicas:** uma análise discursiva da acolhida do sujeito imigrante haitiano morador no município de Sinop (MT). 125f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Sinop, 2019.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral.** Relatório do Projeto. Belo Horizonte, Centro Zanmi, 2014.

FLEISCHER, Soraya. **Segurar, caminhar e falar:** notas etnográficas sobre a experiência de uma “mãe de micro” no Recife/PE. Cadernos de Gênero e Diversidade, vol. 3, n.2, maio/ago 2017.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos:** os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Título Original: Stigma - Notes on the Management of Spoiled Identity -Tradução de Mathias Lambert. 2004. Data Publicação Original: 1963. Coletivo Sabotagem.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988.

GUILHERME, Ana Julia. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2017.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora: sentidos sociais e mobilidades haitianas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo mostra desigualdade de gênero e raça em 20 anos**. 2017. Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 1 de nov 2019.

JAIME, Pedro; LIMA, Ari. **Uma trajetória antropológica: entrevista com Didier Fassin**. Horizontes Antropológicos, vol. 17, n. 36, Porto Alegre, jul/dez 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KAUR, Rupí. **Outros jeitos de usar a boca**. Tradução de Ana Guadalupe. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2017.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos Estudos CEBRAP, n. 87, São Paulo, 2010.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O Corpo Colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações Afro-Latino-Americanas**. *Horiz. antropol.* [online]. 2015, vol.21, n.43, pp.301-330. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000100301&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 25/09/2020.

LUSSI, Carmen. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio**. *Psicol. USP* vol.26, n.2, pp.136-144, 2015.

MAIA, Francis. **Audiência pública apura problemas na atenção aos imigrantes no RS durante a pandemia**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/321461/Default.aspx>>. Acesso em 27/09/2020.

MARIANO; Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. **Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família**. Revista Sociedade e Estado, vol 28, n. 2 Maio/Agosto 2013.

MARINUCCI, R. **Feminização das migrações?** Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf> Acesso em: 27 set 2019.

MAURICE, Pascale. **Entrevista cedida à Suzane Souza**. Porto Alegre, 24/01/2020.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 14, n. 27 (2017).

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR. Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Rev Esc Enferm, p. 193-199, USP, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conferência de Direitos Humanos - Viena – 1993**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 25/09/2020.

OYËWUMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: CODESRIA Gender Series, Vol. 1, p. 1-8. Dakar: CODESRIA, 2004.

PAULA, Larissa Cykman de. **Quando migrar é resistir: as experiências de haitianas e haitianos na cidade de Porto Alegre**. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2017.

PINTO, Joseane Mariéle Schuck. **Deslocamentos forçados: um problema global com implicações locais**. Núcleo de Direitos Humanos, Universidade do Rio dos Sinos. 15 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://unisinis.br/blogs/ndh/2014/09/15/deslocamentos-forcados-um-problema-global-com-implicacoes-locais/>>. Acesso em: 15/10/2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Direitos Humanos Traduzidos em Pretuguês**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women's Worlds Congress (Anais 11 Eletrônicos). Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf>. Acesso em: 25/07/2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**, p. 227-278. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Lázaro. **Na Minha Pele**. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RAMOS, N. Gênero, identidade e maternidade na diáspora. In: SIMA, M.R.N. (Org.). **A vez e a voz da mulher: relações e migrações**. VI CONGRESSO INTERNACIONAL, Anais: Ponta Delgada-PT, 2014.

REIS, Andressa Gazzana. **Construções discursivas em torno do imigrante haitiano e senegalês na imprensa do Rio Grande do Sul: um estudo do Jornal Zero Hora, 2014-2015**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

RENAUX, Pedro. **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>> Acesso em 27 set 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICCI, Carla. **Novos Caminhos de uma velha diáspora:** seguindo os rastros da experiência migratória das mulheres haitianas em Porto Alegre. 149f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2018.

ROMANO, Alice Queiroz Telmo. **Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul:** trajetórias e relações de gênero. Dissertação de Mestrado. 77p. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7813>>. Acesso em: 11 jun 2019.

ROSA, Renata de Melo. **A construção da desigualdade no Haiti:** experiências históricas e situações atuais. Revista Universitas: Relações Internacionais, v. 4, n 2, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** (do pensamento único à consciência universal). Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DA SAÚDE. **Saúde da população negra.** Disponível em <<https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-negra>>. Acesso em: 11 jun 2019.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Maressa de. **Vivendo de amor:** sobre emoções e afetividade negra em bell hooks. Disponível em <<https://cacheia.com/2017/10/afetividade-negra-bell-hooks/>>. Acesso em: 11 jun 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. p.15-44. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdad esraciais.pdf>. Acesso em 06/09/2020.

VIECZOREK, Anelise Ludmila. **Mulheres Haitianas em Cascavel/PR:** trajetórias migratórias, experiências reprodutivas e assistência à saúde. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2020.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Tradução de Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.